
COMO VALORIZAR O ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL?

Dilemas, Desafios e Oportunidades

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.



FUNDAÇÃO
BELMIRO
DE AZEVEDO

Praça de Liège, 146 4150-455 Porto

Título

Como valorizar o ensino secundário profissional?

Dilemas, Desafios e Oportunidades

Autores

Belém Barbosa

© Fundação Belmiro de Azevedo

Março de 2023

ISBN: 978-989-53711-3-6

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação +PRO: *Medir, articular e valorizar o Ensino Profissional em Portugal*, da Universidade de Aveiro. As opiniões expressas nesta publicação refletem o posicionamento da sua autora e não vinculam necessariamente o EDULOG.

COMO VALORIZAR O ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL?

Dilemas, Desafios e Oportunidades

ÍNDICE

Introdução	9
1. Perfil dos Estudantes do Ensino Secundário Profissional	12
1.1. Razões para a opção pelo Ensino Secundário Profissional	13
1.1.1. Estudantes direcionados para a conclusão do ensino secundário	14
1.1.2. Estudantes motivados pela melhoria de empregabilidade e de integração no mercado de trabalho	15
1.1.3. Estudantes movidos por facilidade de acesso ao ensino superior	17
1.2. Características dominantes dos estudantes do ESP vs. ensino regular	17
1.3. Vantagens e Desvantagens do Ensino Secundário Profissional	20
1.4. Implicações das Características dos Estudantes para a Estratégia do ESP	22
2. Oferta Formativa do Ensino Secundário Profissional	27
2.1. Distribuição da oferta formativa por unidades territoriais e áreas de estudo	27
2.2. Estratégia de Especialização Inteligente	29
2.3. Ensino público vs. ensino privado	32
2.4. Recomendações para aperfeiçoamento da oferta formativa	33
3. Percursos após conclusão do Ensino Secundário Profissional	36
3.1. Caracterização dos percursos	36
3.1.1. Prosseguimento dos estudos (Curso “Estudar”)	36
3.1.2. Trabalhar na área de formação do curso	37
3.1.3. Trabalhar noutra área	39
3.1.4. Curso “Não Estudar Nem Trabalhar” (NENT)	40
3.2. Fatores que influenciam os percursos dos diplomados	41
3.2.1. Probabilidade de integração no mercado de trabalho na área de formação após conclusão do ESP	42
3.2.2. Probabilidade de prosseguimento dos estudos após conclusão do ESP	44
3.3. Dinamismo entre os percursos dos diplomados	46
3.4. Recomendações para facilitação dos percursos pós-secundários Estudar e Trabalhar na área de formação	48
4. Competências Transferíveis Desenvolvidas pelo Ensino Secundário Profissional	51
4.1. Competências transferíveis geralmente identificadas nos diplomados do ESP	52
4.2. Evidência dos Diplomados do ESP Português	54
4.3. Recomendações relativas ao desenvolvimento de competências transferíveis no ESP	57
5. Imagem do Ensino Secundário Profissional	59
5.1. Evidências recentes da imagem do ESP	60
5.2. Melhoria da imagem do ESP	62
5.3. Recomendações para promoção da imagem do ESP	64
Notas Finais	67
Referências	75
ANEXO I – Principais estudos produzidos ao longo do projeto +PRO	78
ANEXO II – Síntese de recomendações	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo do alinhamento dos cursos profissionais	29
Tabela 2. Alinhamento entre as áreas de educação e formação e as EREI por região	31
Tabela 3. Modelo de regressão logit multinomial com a categoria de referência Trabalha na Área	43
Tabela 4. Modelo de regressão logit multinomial com a categoria de referência Estuda	45
Tabela 5. Competências transferíveis identificadas na literatura	53
Tabela 6. Percentagem de diplomados que consideram ter desenvolvimento máximo e desenvolvimento mínimo de competências transferíveis durante o ESP	55
Tabela 7. Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas ao perfil dos estudantes do ESP	70
Tabela 8. Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas à oferta formativa do ESP	71
Tabela 9. Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas ao percurso pós-secundário do ESP	72
Tabela 10. Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas a competências transferíveis	73
Tabela 11. Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas à melhoria da imagem do ESP	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de cursos ESP oferecidos por NUTS III no triénio 2018/2021	27
Figura 2. Número de cursos oferecidos por áreas de estudo	28
Figura 3. Principais obstáculos enfrentados pelos diplomados do ESP na transição para o mercado de trabalho	39
Figura 4. Percentagem de diplomados por percurso e por período após conclusão do curso	46

ABREVIATURAS

AEF Área de Educação e Formação

CEDEFOP Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

CTESP Cursos Técnicos Superiores Profissionais

DGEEC Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência

DGES Direção-Geral do Ensino Superior

DEGESTE Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

ESP Ensino Secundário Profissional

NENT Não estuda nem trabalha; Nem trabalhar nem estudar

NENTNPE Não estuda, nem trabalha, nem procura emprego

NUTS Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OTES Observatório dos Trajetos dos Estudantes

INTRODUÇÃO

O Ensino Profissional Nível IV, doravante também designado por ensino secundário profissional (ESP), assume-se como uma via profissionalizante do ensino secundário alternativa à via científico-humanística ou ensino regular. Numa altura em que é urgente perspetivar o futuro do ESP e discutir as suas prioridades e desafios (Conselho Nacional de Educação, 2022), o objetivo geral deste relatório é fomentar o debate e o envolvimento dos vários intervenientes para, em conjunto, reforçar o ensino profissional enquanto motor de desenvolvimento do país e de fomento da empregabilidade e do bem-estar dos seus estudantes e diplomados.

As próximas páginas apresentam reflexões sobre o ESP com base nos resultados obtidos ao longo dos três anos de trabalho do projeto +PRO: *Medir, Articular e Valorizar o Ensino Profissional em Portugal*, financiados pelo EDULOG, o *think tank* para a educação da Fundação Belmiro de Azevedo. Esse trabalho incluiu vários estudos, cujos principais resultados e conclusões se refletem no presente relatório. Os principais estudos realizados foram os seguintes:

- i. Caracterização do ensino e formação profissional em Portugal no período 2015-2019, realizada com base em dados secundários disponibilizados por várias entidades nacionais e internacionais (Barbosa et al., 2019);
- ii. Análise da oferta de ensino profissional secundário em Portugal no triénio 2018/2021 com base em dados secundários disponibilizados pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) relativamente a Portugal Continental (Barbosa et al., 2020);
- iii. Estudo longitudinal sobre o percurso dos diplomados do ensino secundário profissional, com base em dados disponibilizados pelo Observatório dos Trajetos dos Estudantes (OTES) do Ensino Secundário (Barbosa et al., 2022);
- iv. Estudo qualitativo composto por 93 entrevistas em profundidade realizadas a estudantes, diplomados, professores e empregadores do ensino secundário profissional (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming);
- v. Estudo das perceções e percursos diplomados realizado através de inquérito por questionário a 500 diplomados do ESP há mais de 18 meses (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming).

O sumário desses estudos é apresentado no Anexo I.

A análise desenvolvida no presente relatório engloba cinco temas principais: os perfis dos estudantes, a oferta formativa, os percursos dos diplomados, o desenvolvimento de competências transferíveis e a imagem do ESP. As reflexões e sugestões apresentadas devem ser entendidas como algumas das leituras possíveis de um tema que é especialmente complexo e envolve perspetivas muitas vezes discordantes dos diversos intervenientes. A visão defendida nestas páginas é a de um ESP que cumpra a sua dupla missão de contribuir para a competitividade e desenvolvimento económico e, simultaneamente, para a inclusão, equidade e justiça social.

Sendo inquestionável o papel desempenhado pelo ESP na melhoria da empregabilidade e bem-estar de estudantes e diplomados, e no fomento da competitividade do mercado de trabalho, são vários os dilemas que subsistem e as melhorias que necessitam de intervenção urgente.

O futuro do ESP depende da colaboração entre todos os intervenientes sem exceção. O trabalho que nos espera é árduo, mas o interesse e empenho demonstrado por todos os intervenientes augura passos seguros rumo à melhoria e ao sucesso.

Ao longo deste relatório são feitas vinte e uma recomendações para fomentar a valorização do ESP e dos seus intervenientes. Essas recomendações são explicadas e fundamentadas com base nos resultados obtidos pelo projeto +PRO.

LISTA DE RECOMENDAÇÕES

Perfil dos estudantes do ESP

- Ro1. Aumentar o número de estudantes do ESP sem dificuldades de desempenho escolar e especialmente motivados pela integração no mercado de trabalho.
- Ro2. Aumentar o reconhecimento do valor do ESP dentro das escolas.
- Ro3. Capacitar os estudantes do ESP para a efetiva continuidade dos estudos para o ensino superior.
- Ro4. Questionar a diferença no nível de exigência no ESP comparativamente à via científico-humanística.

Oferta formativa do ESP

- Ro5. Priorizar a empregabilidade e valorização profissional na definição da oferta formativa do ESP.
- Ro6. Articular prioridades estratégicas com necessidades correntes.
- Ro7. Melhorar a equidade entre ESP público e privado.

Percurso pós-secundário do ESP

- Ro8. Aumentar a flexibilidade e adaptabilidade da oferta formativa para reação rápida aos níveis de empregabilidade e desemprego locais.
- Ro9. Facilitar a experiência profissional durante o ESP para os estudantes que tenham como prioridade a integração do mercado de trabalho.
- Ro10. Aumentar as iniciativas de preparação para procura de emprego e de aproximação dos finalistas do ESP ao mercado de trabalho.
- Ro11. Requalificar estudantes e diplomados para áreas emergentes através de sistemas de *microcredenciais*.
- Ro12. Desenvolver melhorias de equidade para diplomados residentes em regiões de baixa densidade populacional ou de condições socioeconómicas mais frágeis.

R13. Identificar formas mais ágeis de acesso e integração no ensino superior através da conjugação do estudo com atividade profissional.

Competências transferíveis desenvolvidas pelo ESP

R14. Desenvolver as competências transferíveis adequadas aos desafios atuais e futuros.

R15. Melhorar os mecanismos de avaliação das competências transferíveis.

R16. Definir metas para competências transferíveis.

R17. Capacitar os professores e adaptar metodologias de ensino para desenvolvimento de competências transferíveis.

Imagem do ESP

R18. Clarificar o perfil dos estudantes do ESP.

R19. Comunicar e ampliar a diversidade de profissões alvo do ESP.

R20. Identificar e divulgar símbolos e histórias do ESP.

R21. Facilitar a interação entre diplomados, estudantes, empregadores, e o público em geral.

I. PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

O ensino e formação profissional começou por ser direcionado a estudantes de baixo rendimento académico, preparando-os para desempenhar tarefas manuais e pouco qualificadas (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019). Era essencialmente orientado para a inclusão social e combate ao desemprego. A abordagem atual é mais funcional e orientada para o capital humano, considerando que o crescimento, empregabilidade e produtividade dependem do desenvolvimento de conhecimento e competências profissionais procuradas pelo mercado de trabalho (Wallenborn, 2010).

“Capital humano: os conhecimentos, as capacidades, as competências e os atributos pessoais que facilitam o bem-estar pessoal, social e económico”

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2001, p. 18)

“When properly designed, VET systems can offer high levels of employability and access to high-quality jobs, including emerging sectors such as the digital economy.”

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019, p. 21).

O ensino e formação profissional em geral e do ESP em particular têm um papel estratégico para o desenvolvimento económico, ao preparar a força de trabalho para enfrentar os desafios atuais e futuros (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2017), contribuindo para a aumentar produtividade, competitividade e inovação.

Este foco no desenvolvimento de capital humano confere ao ESP potencial para atrair perfis de estudantes mais variados, preparando-os para o desempenho de funções de qualificação média e elevada. Contudo, os estudantes do ESP continuam a ser quase exclusivamente oriundos de segmentos menos favorecidos da sociedade. A informação mais recente disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020) confirma alguns indicadores que vêm marcando o ESP em comparação com os estudantes do ensino regular: no ESP, os diplomados têm uma idade média mais elevada, têm notas mais baixas (designadamente a matemática, português e língua estrangeira), e pertencem a famílias menos escolarizadas. Aliás, a tendência clara dos últimos anos confirma que os diplomados do ESP provêm de famílias em que a profissão dominante inclui operários e trabalhadores não qualificados, enquanto que a maioria dos diplomados cujos pais têm formação do ensino superior é oriunda de cursos científico-humanísticos (Barbosa et al., 2019).

Existe extensa literatura que associa fracas condições socioeconómicas das famílias, designadamente rendimento, profissão e nível de escolaridade dos pais, com o fraco desempenho académico dos estudantes (Chesters, 2015; Garcia-Gomez et al., 2018; Schmid & Garrels, 2021; Tan, 2017; Tolonen & Aapola-Kari, 2022). Complementarmente, é demonstrado

que contextos socioeconómicos menos favorecidos levam a uma maior opção por ensino e formação profissional em detrimento do ensino secundário regular (Chesters, 2015; Choi, 2020; Schnabel et al., 2002; Tolonen & Aapola-Kari, 2022). Aliás, esta pode ser uma via eficiente para o acesso mais rápido ao mercado de trabalho por via de profissões que carecem de qualificação especializada.

No geral, a opção pelo ESP é vista como geradora de oportunidades adicionais para o futuro dos estudantes oriundos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos. Apesar dos pais com níveis de escolaridade elevados terem tendencialmente uma imagem negativa do ESP (Choi, 2020), muitas famílias de contextos desfavorecidos veem o ESP como um caminho para a ascensão social (Garcia-Gomez et al., 2018). Ao ESP é reconhecido grande potencial para promover o progresso socioeconómico (Wallenborn, 2010), dar acesso a salários mais elevados (Chesters, 2015), e assim conduzir à melhoria das condições socioeconómicas dos diplomados.

Contudo, existe também o risco do ensino em geral reproduzir as desigualdades sociais na escola e acentuando a exclusão dos grupos menos favorecidos (Bourdieu & Passeron, 2018; Yoon, 2020). Bourdieu (1985) defende que o menor desempenho escolar de crianças oriundas de contextos socioeconómicos desfavorecidos é explicado não tanto por fatores económicos, mas por diferenças no que ele designa por capital cultural. Segundo este princípio, as famílias mais favorecidas dotam as suas crianças de atitudes, valores, preferências, conhecimento e competências que favorecem a aprendizagem (i.e., capital cultural). A maioria das famílias desfavorecidas não o consegue fazer. Em consequência, gera-se uma perpetuação das diferenças sociais. No entanto, o capital cultural e social podem ajudar os estudantes a compensar as desvantagens económicas e a encontrar sucesso nos seus caminhos escolares (Tolonen & Aapola-Kari, 2022), na medida em que o capital cultural consiga ser institucionalizado através das qualificações do ensino (Bourdieu, 1985) e que o capital social seja aumentado através das ligações a grupos sociais mais alargados.

Partindo do pressuposto de que o ensino pode e deve assumir o papel de ajudar a desenvolver não só capital humano, mas também capital cultural e social, duas ilações podem ser retiradas para o sucesso do ESP. Por um lado, será necessário compensar a provável falta de capital cultural de estudantes de famílias desfavorecidas. Por outro lado, deve haver uma clara aposta no fortalecimento do capital social, através do contacto com o mercado de trabalho e de uma verdadeira integração destes estudantes no sistema de ensino, evitando a aparente separação entre ensino regular e profissional ao nível de perfis socioeconómicos.

1.1. Razões para a opção pelo Ensino Secundário Profissional

A compreensão do ESP em Portugal depende, desde logo, de um conhecimento mais detalhado sobre quem são os estudantes que escolhem esta tipologia de ensino. Alguns contributos relevantes foram proporcionados pela série de entrevistas conduzidas durante

o projeto +PRO a estudantes, diplomados e professores do ESP (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming). Apesar de, em consonância com outros países europeus (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2017), o grupo dominante no ESP continuar a ser o dos estudantes com historial de baixo desempenho académico, verifica-se que o ESP tem capacidade de atrair três grupos distintos de estudantes, direcionados, respetivamente, para: a conclusão da escolaridade obrigatória, a integração bem sucedida no mercado de trabalho, e o acesso facilitado ao ensino superior.

 <p>Estudantes orientados para a conclusão do ensino secundário</p>	 <p>Estudantes orientados para a melhoria de empregabilidade</p>	 <p>Estudantes orientados para a entrada no ensino superior</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Público tradicional do ESP • Grupo dominante • Baixo desempenho escolar antes de entrar no ESP • Muitas vezes associado a carências socioeconómicas • Frequentemente desmotivados e desinteressados pelo ensino • Grande apoio do sistema escolar e de apoio social que “empurra” estes alunos para via profissionalizante • Política inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo público (“os herdeiros”) do ESP • Minoria (crescente?) • Histórico de bom desempenho escolar • Motivados pelo ensino aplicado, aprender uma profissão, e empregabilidade • Muita resistência dos pais e de alguns professores, que veem o ESP como um “desperdício para alunos com boas notas” • Política de empregabilidade e desenvolvimento económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Público emergente • Bom desempenho escolar e/ou dificuldades de aproveitamento em algumas disciplinas • Por regra motivados para tirar as melhores notas que conseguirem – ou obter aprovação em disciplina difícil • Não pretendem ou ponderam entrar no mercado de trabalho no final do curso • Política de concursos especiais de ingresso ao ensino superior
<p>“Não gosto de estudar...”</p>	<p>“Quero ir trabalhar!”</p>	<p>“Só quero entrar na universidade!”</p>

1.1.1. Estudantes direcionados para a conclusão do ensino secundário

O primeiro grupo, ainda dominante, corresponde ao perfil tradicional dos estudantes-alvo do ESP. Trata-se de estudantes que, comparativamente ao ensino regular, têm um desempenho escolar histórico inferior e muitas vezes marcado por insucesso escolar.

De facto, vários estudantes explicaram que a sua opção pelo ESP se deveu ao insucesso escolar, inclusive após algum tempo de permanência no ensino secundário regular. No geral estes estudantes reconhecem não estarem motivados para estudar e não gostarem da escola. Em

outros casos, os estudantes optam por ingressar nesta tipologia de ensino após interrupção dos estudos e inserção no mercado de trabalho, tendo em vista a conclusão do ensino obrigatório.

“Eu não tinha grandes notas, mas lá me fui safando, até que reprovei uma vez no 8º ano e o 9º ano fiz à rasquinha.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT15

“Depois no 9º ano comecei a frequentar o curso, pronto, o trajeto normal, que era o de ciências e tecnologias, só que não me dei muito bem com a matemática e foi quando optei pelo curso profissional.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp05

“Eu não gostava muito de estudar e não queria continuar para a universidade, Eu não me via a seguir para o ensino normal. Esse tipo de escola não me dizia nada.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo8

A escolha do ESP por estes estudantes é aparentemente bem aceite por diferentes grupos de referência. Aliás, a escolha é frequentemente recomendada por professores, serviços de psicologia das escolas, e instituições que acompanham os candidatos como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

1.1.2. Estudantes motivados pela melhoria de empregabilidade e de integração no mercado de trabalho

O segundo grupo identificado com base nas narrativas de estudantes e diplomados corresponde ao foco no capital humano que norteia as abordagens modernas do ESP. São estudantes com bom desempenho escolar anterior, tendo uma preferência específica por uma determinada profissão, e que pretendem aumentar o sucesso na integração no mercado de trabalho. A escolha pelo ESP é determinada pelas saídas profissionais e pelos níveis de empregabilidade dos cursos profissionais que pretendem seguir, bem como por perspetivas salariais melhoradas pela formação oferecida no curso.

“Eles disseram que [o] índice de emprego na área de soldadura era grande e ganhava-se bem, então era uma área boa em si, para aprender. E eu também tenho um irmão que trabalha na área, então ele mesmo foi um dos maiores influenciadores.”

Estudante do ESP Esec05

[O curso] tinha muita prática e é disso que eu gosto, então [eu] ia para algo específico. Eu ia trabalhar naquela área e depois tinha, também, o estágio, que são 700 horas, no total, também [se] aprende bastante em estágio e, então, foi uma das razões para eu ter ido [para o ensino profissional].

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp06

Este grupo tem características bastante diferentes do grupo dominante de estudantes do ESP, designadamente por terem um percurso escolar bem-sucedido no ensino básico. Por não corresponderem ao perfil tradicional dos estudantes do ESP, a decisão destes adolescentes de ingressar nessa tipologia de ensino gera muitas resistências dos seus grupos de referência, não só dos pais e amigos, mas também dos seus professores do ensino básico.

“A nossa melhor aluna do ano passado (...) foi extremamente influenciada para não seguir o curso [secundário profissional].”

Professor do ESP PSecio

“Alguns [professores] apoiavam, (...) outros nem por isso... Diziam sempre que era melhor continuar a estudar, eu era boa aluna então devia ir para o regular.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo9

“Os colegas de escola não apoiaram pois, como disse, eu era boa aluna e eles estavam sempre a dizer que era um desperdício...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTi1

Apesar da notória resistência dos grupos de referência, estes estudantes são movidos pela aprendizagem de uma profissão pela qual nutrem interesse, o ensino aplicado e prático, e a ligação ao mercado de trabalho.

“Exatamente, o carácter mais prático. O facto também – acabei por ver logo no plano de curso – de ter estágio foi também algo que me interessou bastante.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp04

“[A razão de escolha] foi então aprofundar os meus conhecimentos, sendo que aprofundava numa área que eu mais gostava.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp16

“As pessoas têm que entender que [os estudantes] que vão para o ensino profissional querem fugir, de certo modo, não de forma a facilitar, mas de forma de aprender outras temáticas, de outras formas, talvez mais práticas, não tão teóricas, porque acho que, o teórico que a gente aprende, por melhor que seja, fica muitas vezes de lado e não é útil.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp03

É interessante notar que alguns dos estudantes do ESP motivados pela inserção no mercado de trabalho acabaram por, mais tarde, seguir para o ensino superior, como denotado nas transcrições anteriores, designadamente por se tratar de estudantes de bom desempenho académico que ambicionam maior reconhecimento social e profissional que é obtido com o ensino superior. Contudo, enquadram-se neste grupo pela razão de escolha da via profissionalizante para realizar o ensino secundário.

1.1.3. Estudantes movidos por facilidade de acesso ao ensino superior

O terceiro grupo de estudantes do ESP que foi identificado, ao contrário dos restantes, não tem intenção de entrar no mercado de trabalho. Eles procuram uma via de ensino que aumente a sua probabilidade de entrada no ensino superior, seja por facilitar a conclusão do secundário seja por permitir a obtenção de médias finais mais elevadas.

“O objetivo, sinceramente, era acabar o curso com uma média alta para ir para o ensino superior. Eu entrei no profissional já com a mente de ir para o ensino superior, nunca foi para trabalhar depois.”

Estudante do ESP Esec12

“Sobretudo porque eu sempre quis fazer a universidade (...) e sentia que no ensino regular não ia conseguir acabar sequer, por causa da matemática. Sentia-me muito frustrada, porque não ia conseguir ter resultados suficientes para fazer aquilo que eu queria. Então, foi um bocadinho (...) no sentido de conseguir ingressar na universidade.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup05

De acordo com as narrativas de professores, diplomados e estudantes do ESP, trata-se de um grupo ainda muito reduzido de estudantes, mas que se afigura como uma tendência crescente. Alguns destes estudantes não descuram vantagens do ensino aplicado para a continuação dos estudos, pelos conhecimentos e experiência adquiridos na área pretendida. Contudo, é evidente que esta tendência se deve, essencialmente, à imagem ainda muito presente em toda a Europa que o ESP é uma via mais fácil do que o ensino regular (European Commission, 2016), e consequentemente que permite a obtenção de médias finais mais elevadas. Adicionalmente, permite, desde 2020, o acesso ao concurso especial e vagas destinadas aos diplomados da via profissionalizante. Assim, áreas de estudo marcadas por médias de acesso ao ensino superior muito elevadas e que sejam também fortes apostas do ESP tornam provável o crescimento deste segmento de estudantes movidos pelo acesso ao ensino superior.

1.2. Características dominantes dos estudantes do ESP vs. ensino regular

Apesar do aumento da diversidade de perfis atraídos por esta via de ensino, o ESP continua caracterizado por estudantes de baixo desempenho académico, o qual, como já foi explicitado, é tradicionalmente mais associado a um estatuto socioeconómico desfavorecido. Os participantes do estudo reconhecem esta tendência do ESP ser ainda caracterizado por estudantes de contextos socioeconómicos mais frágeis, e nesse sentido bastante distinta do ensino regular.

“Pela minha experiência, sobretudo quando eu estava em ciências socioeconómicas, eu sentia que os meus colegas eram todos colegas de uma classe média/alta. Pronto, eram alunos que tinham pais que estavam bastante estabilizados na vida e que tinham rendimentos. Acredito que

fossem superiores àquilo que era a média. Quando estava no ensino profissional, senti que existia ali o oposto. Senti que a maior parte dos meus colegas passavam por dificuldades financeiras.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp04

“Assim, em termos gerais, encontramos alunos com mais dificuldades [económicas] no ensino profissional do que no ensino regular, isso é um facto.”

Professor do ESP Psec11

O contexto socioeconómico é visto como determinante para a escolha do ESP, designadamente porque, para as famílias mais carenciadas, esta tipologia de ensino oferece perspetivas de uma integração mais rápida no mercado de trabalho após a conclusão do nível de ensino obrigatório. As bolsas disponibilizadas aos estudantes do ESP contribuem também para uma preferência por esta tipologia nas famílias mais carenciadas. Os professores salientam ainda o menor nível de escolaridade da família dos estudantes do ESP comparativamente aos estudantes do ensino regular, sugerindo que efetivamente condiciona a escolha da tipologia de ensino.

“Os alunos muitas vezes escolhem o ensino profissional porque também estão no meio em que as perspetivas são essas...”

Professor do ESP Psec05

Os professores que lecionam turmas no ESP e no ensino regular destacaram também menores competências transferíveis nos primeiros. No geral, as turmas de ESP são descritas pela falta de interesse, motivação e empenho.

“Embora não fosse do piorio, por assim dizer, mas eu sentia que a minha turma não tinha o mesmo índice, no fundo, de interesse que as outras turmas que eu frequentei tinham e, no fundo, tinha sido a minha experiência anteriormente.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp04

“Se eu comparar [as turmas de 10º que tenho, uma do regular e outra do profissional], (...) eu vejo os do regular mais empenhados, mais interessados, mais trabalhadores, mais esforçados porque sabem que têm que trabalhar também para médias. (...)Os do ensino profissional, ainda que possam alguns deles começar com objetivo de se formar naquela área ou de ir para universidade, eu acho que eles acabam por se deixar levar pelo facilitismo e pela brincadeira daqueles que não têm objetivos e que estão com eles no mesmo espaço.”

Professor do ESP Psec02

Assim, o domínio do grupo de estudantes de baixo desempenho escolar para os quais o ESP é a saída para conclusão do ensino secundário, sendo a dominante, determina a dinâmica das turmas. Para os professores é muito evidente a diferença de desempenho e comportamento em aula das turmas de ESP relativamente ao ensino regular. É também sugerido um efeito potencialmente negativo nos estudantes motivados e que procuram as

vantagens profissionalizantes ou de acesso ao ensino superior desta tipologia de ensino. Assim, a atual maior diversidade de perfis nas turmas ESP não é isenta de tensões entre os estudantes.

“O facto de ter alunos que não deveriam lá estar, só estavam a criar entropia aos alunos que efetivamente lá queriam estar.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo2

Face ao desafio adicional colocado pelo ESP, os professores reconhecem adaptar a componente curricular das suas aulas no sentido de aumentar o interesse e participação dos estudantes, por exemplo trabalhando tópicos e relacionando o programa com temas das suas áreas de interesse.

“[No] ensino regular as minhas aulas eram muito mais expositivas, era no fundo debitar a matéria. Aqui eu tenho algum cuidado para sempre que possível tentar adaptar à realidade deles ou tentar explicar com exemplos que eles conheçam, às vezes dou por mim a pesquisar coisas que são do interesse deles.”

Professor do ESP Psec01

“[As] adaptações são diárias, permanentes e individuais. Nós de facto temos que ir ao encontro de quais são as motivações dos alunos, e depois sim, orientar os conteúdos para [a matéria].”

Professor do ESP Psec13

A grande evolução de competências ao longo dos três anos do ensino secundário é muito destacada, em especial pelos professores, sugerindo até vantagens do ESP relativamente ao ensino regular. Esses estudantes são descritos como mais resilientes, com maior capacidade de resolução de problemas e maior capacidade de trabalho em equipa do que os colegas do ensino regular. Tal crescimento ao nível das competências interpessoais e outras é assumido como um grande objetivo do ESP e dos seus professores.

“A mim deu-me mais maturidade e uma visão diferente dos meus colegas que saíram do ensino regular.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp03

“Mas é exatamente isso, que eles consigam desenvolver estratégias de resiliência, de persistência, com vista à concretização de objetivos que são deles, que são das organizações para onde eles vão estagiar e onde vão trabalhar. [Também] a competência muito importante que é a do relacionamento interpessoal, a capacidade de trabalhar em equipa, a capacidade de se relacionar com grupos das mais variadas origens, que consigam ter uma atitude, também, eu diria, pacificadora, até, e que sejam, sobretudo, pessoas emocionalmente equilibradas.”

Professor do ESP Psec12

1.3. Vantagens e Desvantagens do Ensino Secundário Profissional

As narrativas de estudantes, diplomados e empregadores permitem, ainda, fazer uma síntese das vantagens e desvantagens do ESP percebidas em comparação com o ensino regular. Entre as vantagens destacam-se: i) a proximidade do mercado de trabalho, ii) a formação especializada, iii) os apoios financeiros, e iv) a possibilidade de continuação dos estudos para o ensino superior.

A ligação próxima ao mercado de trabalho, quer pela experiência adquirida durante os estágios, quer pela maior empregabilidade, é a vantagem mais destacada pelos vários intervenientes.

“Nós já saímos completamente preparados para o mercado de trabalho, acho que é essa a grande diferença.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT11

“E tem outra coisa muito boa que são os estágios, começamos a ter uma ideia de como irá ser o futuro. E, lá está, no ensino dito normal isso já não é possível. O [ensino] profissional tem essa vantagem.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo3

“As pessoas de ensino profissional vêm sempre com uma atitude de pôr as mãos na massa, efetivamente começarem a trabalhar e estarem perto do terreno. Vêm com pouca bagagem teórica, mas com muita vontade de trabalhar. [As pessoas do] ensino regular e até o ensino superior vêm com um bom know-how, com conhecimento, mas que é muito teórico e que nem sempre é aplicado no terreno by the book.”

Empregador Empo3

Relacionado com a empregabilidade está o reconhecimento da formação especializada obtida pelos diplomados do ESP, que lhes permite, à saída do secundário, aceder a categorias profissionais mais favoráveis.

“Quem opta pelo profissional sabe que vai aprender uma profissão. Um curso profissional é isso mesmo, ter certificação profissional no final.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT12

“Eu posso fazer a comparação direta porque eu frequentei o regular. A vantagem é a possibilidade de se ter uma certificação profissional que permite o ingresso no mercado de trabalho num quadro superior ao de operador não qualificado. Repare, com o ensino regular isso foi o máximo que consegui, enquanto com o ensino profissional eu ingressei no mercado de trabalho com qualificação que me permitiu progredir bastante.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT11

Uma das características distintivas do ESP é a existência de apoios financeiros para os estudantes. Naturalmente, este aspeto tem uma grande importância para estudantes de contextos socioeconómicos mais frágeis.

“[O ensino] profissional tem mais esse apoio, conseguem ajudar muito mais as famílias a não passar [tantas] dificuldades [financeiras].”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT03

“No ensino profissional nós temos ajuda em transportes, alimentação e mais algumas bolsas durante o ano. Se calhar uns optam [pelo ensino profissional] por ter apoios.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup11

Finalmente, os participantes destacaram a viabilidade de dois percursos no pós-secundário: inserção no mercado de trabalho e a continuação dos estudos no ensino superior. Tal tem impacto não só nas perspetivas futuras dos estudantes, mas também na imagem pública da via profissionalizante.

“É suposto um curso profissional ser mais virado para a área do trabalho, mas, do meu ponto de vista, acho que é um curso mais vantajoso, porque acho que quem se esforçar e quiser, também consegue prosseguir a universidade.”

Estudante do ESP ESec11

“Vai haver muita gente que já valoriza porque afinal já dá para ir para a universidade...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT14.

Apesar deste reconhecimento da viabilidade de prosseguir estudos para o ensino superior, uma das principais desvantagens do ESP é, precisamente, a dificuldade acrescida que tal implica para os seus diplomados, quer no acesso, quer no desempenho académico uma vez integrados nesse percurso.

“Eu creio que o ensino regular prepara a gente muito melhor para ir para a universidade.”

Estudante do ESP ESec05

“Os cursos profissionais não preparam de todo para ir para a licenciatura, porque o nível de estudo, de entrega que se tem nos testes nos cursos profissionais, eu acho que é inferior àquilo que tem de ter no curso de ciências [na via científico-humanística]. Depois no salto, eu senti muito isso.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup13

Foi salientado pelos participantes que o concurso especial de acesso ao ensino superior para estudantes da via profissionalizante não inclui muitos dos cursos que eles pretendem seguir, obrigando-os a concorrer pelo regime geral de acesso e a realizar os exames nacionais. As várias narrativas salientam o desalinhamento do conteúdo das disciplinas do ESP (em especial português, matemática, química) com os exames nacionais. Assim, o concurso implica quer um esforço adicional de estudar os temas não lecionados, quer um investimento financeiro, para aqueles que o podem fazer, em aulas particulares e explicadores.

A menor preparação em disciplinas gerais (e.g., português e matemática), e competências esperadas nos diplomados (e.g., comunicação escrita) foram apontadas também como uma fragilidade para a entrada no mercado de trabalho, comparativamente aos diplomados do ensino regular. Este reconhecimento é feito não só por diplomados, mas também por empregadores.

“Os alunos do ensino regular escrevem melhor, pensam de forma mais estruturada, têm uma capacidade de análise maior do que os alunos do ensino profissional.”

Empregador Empo4

“(…) Chegando ao CTeSP ou licenciatura, depois tínhamos matemática... Principalmente essa disciplina da matemática foi mais complicada de atingir, porque não tinha bases nenhuma. Porque no curso profissional [a] matemática é mesmo muito, muito, muito, muito, muito básica e, para além disso, os professores ainda facilitam mais a nível de matemática e tudo.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup15

1.4. Implicações das Características dos Estudantes para a Estratégia do ESP

Nas últimas décadas assistiu-se à reconfiguração do ESP, passando de uma estratégia eminentemente de inclusão social e redução de desigualdades para a ênfase no aumento da empregabilidade, estímulo da competitividade e crescimento económico, através da preparação de profissionais capazes de corresponder às necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho. Tal alargou o público-alvo do ESP, passando a incorporar estudantes que, em vez do tradicional perfil de desfavorecimento socioeconómico e fraco desempenho escolar, têm um historial de bom desempenho académico e estão motivados para uma via profissionalizante ou para o ingresso no ensino superior.

Face à realidade atual do ESP em Portugal descrita nas páginas anteriores, uma questão que é pertinente colocar é: quais os perfis de estudantes que pretendemos no ESP? Apesar da reconfiguração do conceito, o ESP está, ainda, muito marcado pelo perfil tradicional dos estudantes com dificuldades de desempenho escolar, e ainda não consegue atrair de forma substancial estudantes de perfis mais diversificados. A missão assumida pelo ESP de qualificar estudantes com um percurso menos bem-sucedido no ensino básico e secundário, dotando-os de conhecimentos e competências que lhe proporcionem boas perspetivas profissionais é essencial e inquestionável. É profusamente demonstrado o sucesso do ESP a este nível, ao proporcionar uma via de ensino que consegue transformar historiais de insucesso escolar em casos de sucesso académico e profissional. Contudo, o ESP deverá também corresponder a novos públicos que são atraídos pela via profissionalizante, em especial aqueles motivados pela melhoria da empregabilidade e integração no mercado de trabalho.

Outro aspeto estratégico relaciona-se com a perceção de qualidade do ESP, tantas vezes questionado pelos participantes, e que, como aprofundado noutra capítulo, tem

um impacto essencial na sua imagem. Um compromisso com educação geral de elevada qualidade tem vindo a ser reclamada por estudiosos (Wallenborn, 2010), e será também um caminho estratégico a seguir pelo ESP, para se adaptar às exigências do mercado de trabalho e às expectativas dos estudantes e famílias, e para resolver definitivamente as inconsistências da opinião pública. O elevar da qualidade e exigência do ensino será, ainda, uma forma de consumir o objetivo de equidade e justiça social.

Com base nestes princípios, apontam-se várias recomendações para considerar as características dos estudantes na definição de estratégias do ESP.

Roi. Aumentar o número de estudantes do ESP sem dificuldades de desempenho escolar e especialmente motivados pela integração no mercado de trabalho. O ensino e formação profissional define-se atualmente pelo foco na empregabilidade e, por essa razão, tem o potencial de atrair perfis mais variados de estudantes, designadamente aqueles que têm bom desempenho escolar, mas preferem um ensino aplicado e direcionado para profissões atrativas em detrimento da via científico-humanística. O ESP demonstra, até agora, incapacidade de atrair este tipo de estudantes, designadamente devido às resistências dos grupos de referência como pais e professores.

O aumento do número de estudantes com este novo perfil é desejável para o ESP. A diversidade de perfis potencia a criação de capital cultural e social ao alargar os contactos e experiências dos estudantes com grupos sociais variados. Aliás, a diversificação de públicos no ESP é essencial para uma verdadeira integração dos jovens de contextos menos favorecidos, em alternativa a um ESP que aparentava ser exclusivo dos estudantes mais desfavorecidos e com pior desempenho escolar, gerando discriminação.

É interessante notar que estes novos estudantes do ESP, motivados pela melhoria da empregabilidade e sem problemas de desempenho escolar, se assumem como “os herdeiros” do ESP e estão apostados em maximizar os resultados desta via de ensino. No geral, estes estudantes devem ser vistos como essenciais para que o ESP cumpra os seus desígnios. Claramente, o ESP tem de servir os dois públicos, sem exceção. Para tornar o ESP mais atrativo e adequado para este conjunto de estudantes, contribuirá o redesenho da estratégia do ESP ao nível de profissões a que dá acesso, a maximização da ligação ao tecido empresarial por forma a aumentar o contacto entre estudantes e empregadores e uma melhor compreensão dos desafios e exigências do mercado. Será também de considerar, como defendido abaixo, o aumento da exigência e qualidade percebida do ensino aprendizagem e, claramente, da união dos intervenientes principais (alunos, diplomados, professores, empregadores) em torno do ESP.

Roz. Aumentar o reconhecimento do valor do ESP dentro das escolas. O facto de professores do ensino básico e secundário se destacarem entre aqueles que defendem a ideia do ESP ser “um desperdício para bons alunos” exige ação urgente. O tradicional direcionamento do ESP a estudantes de baixo desempenho escolar é

uma realidade irrefutável dado ser o grupo quase exclusivo do ESP na atualidade. Para fazer face às resistências de professores por esta via de ensino, é essencial promover o debate e o seu envolvimento na nova realidade do ESP, integrando-os na busca por soluções de melhoria contínua desta tipologia de ensino, que se afigura muito mais dinâmica e exigente do que a via científico-humanística.

Para tranquilizar finalistas do ensino básico e mobilizar os professores em geral, é essencial analisar e demonstrar a eficácia do ESP para os alunos de bom desempenho escolar, a vários níveis: a qualificação profissional obtida, o sucesso da integração no mercado de trabalho, o acesso a profissões de reconhecimento social e remunerações iguais ou superiores às obtidas pelos diplomados da via científico-humanística, e o desenvolvimento equivalente de conhecimentos e competências para a sua vida futura (e.g., domínio da língua portuguesa). No geral, é importante continuar e reforçar o trabalho realizado no âmbito do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissionais (EQAVET).

Para o aumento do reconhecimento do ESP entre professores contribuirão mecanismos de avaliação do sucesso do ESP, o fomento da participação dos intervenientes (designadamente diplomados e empregadores) e a divulgação do que se faz no ESP. A interação entre professores e empregadores pode incluir o desenho dos cursos, a participação nas aulas, entre outras estratégias de integração das empresas nos percursos de formação. Globalmente, o reconhecimento do ESP dependerá da sua capacidade de corresponder às necessidades e exigências de grupos de estudantes mais diversificados.

Ro3. Capacitar os estudantes do ESP para a efetiva continuidade dos estudos para o ensino superior. Apesar do atual reconhecimento da possibilidade de acesso ao ensino superior dos estudantes do ESP que venham a desejar esse caminho, que é aliás essencial do ponto de vista da democratização do ensino e da igualdade de oportunidades, é necessário corrigir desigualdades que ainda persistem. O estudo realizado pelo +PRO demonstra que o atual modelo de acesso especial a estudantes de via profissionalizante foi um passo importante e muito valorizado por estudantes, professores, diplomados e empregadores. Contudo, este acesso está condicionado a vagas em cursos específicos. Aliás, a própria DGES (2020) sugere que os estudantes do ESP não devem deixar de realizar os exames nacionais se quiserem ter acesso a todos os ciclos de estudos oferecidos pelo ensino superior. Ora, no presente contexto de tipologias de exames de acesso e de programas curriculares das disciplinas, os estudantes do ESP estão, no geral, em desvantagem relativamente aos colegas do ensino regular. Outras medidas que facilitam o acesso ao ensino superior (por exemplo, o concurso especial para maiores de 23

anos) dão contributos importantes, mas limitados a um número muito reduzido de vagas. Independentemente das perspetivas assumidas para analisar esta situação (caraterísticas do ESP, competências dos seus diplomados, conhecimentos necessários para o sucesso no ensino superior, entre outras possíveis), a desvantagem que subsiste poderá ser resolvida por duas vias: o alargamento do âmbito de acesso especial dos estudantes do ESP (por exemplo, exames de matemática diferentes e alinhados com o programa lecionado durante o secundário) e/ou com a atenuação/anulação das diferenças entre disciplinas nucleares das duas tipologias de ensino (e.g., português e matemática). A possibilidade de provas de acesso locais oferecidas por cada instituição de ensino superior poderá também ser mais explorada. Estando estas alternativas longe de serem perfeitas ou consensuais, é obrigação das políticas educativas procurarem a continuação do progresso conseguido pelo Decreto-Lei 11/2020 no sentido da melhoria contínua da equidade e igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior (Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), 2020).

Ro4. Questionar a diferença no nível de exigência no ESP comparativamente à via científico-humanística. O ESP foi descrito como especialmente dinâmico, adaptando metodologias de ensino-aprendizagem não só para corresponder à capacitação dos estudantes para desempenho de profissões qualificadas, como também de aproximação aos interesses dos estudantes para aumentar o interesse pela aprendizagem, e desenvolver soft skills de que sejam carentes. Contudo, aparentemente isto é acompanhado com o aligeirar de exigências a nível de conhecimentos em disciplinas nucleares. Tal gera não só má imagem do ESP e resistências de pais, professores e estudantes, como cria desvantagens nos diplomados à entrada do mercado de trabalho, reconhecendo-lhes excelentes competências técnicas e transferíveis, mas falha de alguns conhecimentos básicos a nível, por exemplo, da comunicação e domínio da língua. Face à evolução dos perfis dos estudantes e aos impactos extremamente negativos das aparentes diferenças de exigência do ESP, muitas vezes interpretado como ensino de menor qualidade, recomenda-se um amplo questionamento dos mecanismos de “facilitismo” que possam estar vigentes no ESP.

De notar que esta realidade está a atrair um terceiro grupo de estudantes que acreditam que o ESP permite a obtenção de médias mais elevadas proporcionando um acesso mais fácil ao ensino superior. Ora, esta nova tendência exige reflexão a vários níveis. O facto do ESP atribuir notas mais elevadas do que as que seriam obtidas no ensino regular põe em causa princípios básicos de avaliação e de comparação de resultados académicos. Sendo utópico pensar que uma determinada classificação numa disciplina (por exemplo 18 valores) e a sua interpretação qualitativa (por exemplo, excelente) é equivalente em diferentes

contextos (por exemplo, escolas, cursos, avaliadores), as diferenças entre tipologias de ensino muitas vezes desenvolvidas em paralelo numa mesma escola deveriam ser repensadas e minimizadas. Tal será possível sem pôr em causa objetivos básicos das classificações como sejam a motivação, reconhecimento do esforço, e a conclusão do nível de ensino. Trata-se, também, de equidade e de transparência do sistema de ensino.

Não menos importante, deve ser discutido se se pretende incluir no ESP um conjunto de estudantes que são movidos apenas pela maior facilidade de acesso ao ensino superior que resulta de um esperado inflacionamento de notas e média final. A bem da verdade, é o próprio sistema atual que estimula o surgimento deste novo segmento de estudantes, ao permitir que seja institucionalizado ou difundido algum “facilitismo” ao nível das avaliações. Contudo, tal consubstancia uma desvirtuação da natureza e âmbito do ensino e formação profissional: atrai estudantes que não correspondem à tipologia para que o ESP foi desenhado (estudantes com dificuldades de desempenho escolar e/ou orientados para a integração no mercado de trabalho), gera desigualdades, neste caso no acesso ao ensino superior, e pode significar uma má afetação de recursos públicos aplicados no ESP, tendo em consideração os seus objetivos inequívocos. Não menos importante, afeta a capacidade de resposta do ESP às necessidades do mercado de trabalho.

Em resumo, sugere-se que toda a natureza facilitista que possa subsistir no ESP seja questionada. Sendo totalmente defensável a possibilidade de qualquer estudante completar o ensino secundário, o tipo de conhecimentos e competências adquiridas e as classificações obtidas (em especial as notas finais de disciplinas nucleares), devem ter um significado tão universal e comparável com as demais tipologias de ensino quanto possível, em particular o ensino regular. Tal obviaria vários efeitos negativos na atratividade do ESP e na sua imagem e evitaria utilizações desenquadradas com a sua missão.

2. OFERTA FORMATIVA DO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

Tendo por base o objetivo basilar do ESP de contribuir para a competitividade e desenvolvimento económico, a sua oferta formativa deverá ser guiada pelas necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho de profissionais qualificados, bem como prioridades estratégicas nacionais e regionais, que possam justificar a aposta em determinadas áreas de educação e formação.

2.1. Distribuição da oferta formativa por unidades territoriais e áreas de estudo

De acordo com Direção - Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGESTE) (2019), a oferta formativa de ensino profissional secundário em Portugal Continental do triénio 2018/2021 totalizou 2132 cursos. O projeto +PRO analisou essa oferta em detalhe (Barbosa et al., 2020), tomando por unidade de medida o número de cursos oferecidos, o que permite ter uma visão global da distribuição da oferta de ESP unidades territoriais (NUTS II e NUTS III) e por áreas de estudo.

Essa análise concluiu que, no triénio em análise, havia uma grande concentração da oferta formativa de ESP quer por unidades territoriais (Figura 1) quer por áreas de educação e formação (Figura 2).

Mais de metade dos cursos oferecidos situavam-se nas NUTS II Norte (35%), Região Centro (27,5%). Por outro lado, mais de metade da oferta formativa enquadrava-se em cinco áreas de educação e formação: Ciências Informáticas (13%) e Hotelaria e Restauração (12%), Audiovisuais e Produção dos Media (9%), Turismo e Lazer (9%) e Desporto (9%). De notar, ainda, que 81,56% dos cursos se destinavam ao setor terciário.

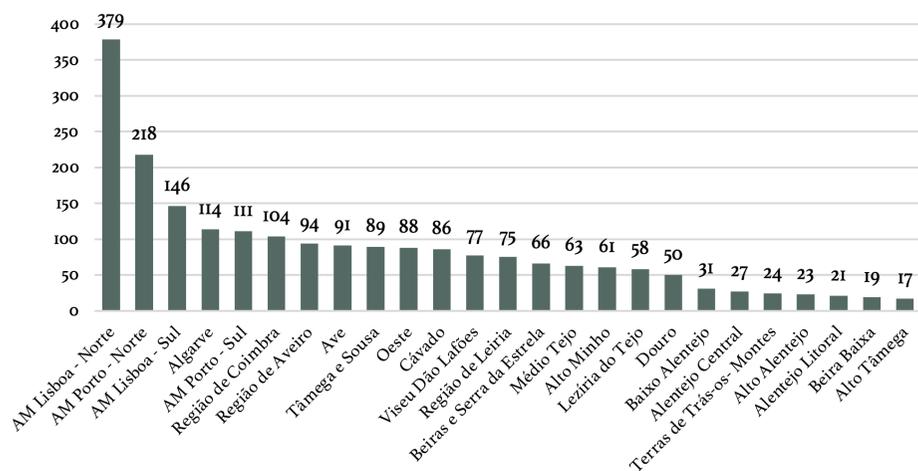


Figura 1 Número de cursos ESP oferecidos por NUTS III no triénio 2018/2021

Adaptado de (Barbosa et al., 2020) com base na informação disponibilizada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGESTE) (2019)

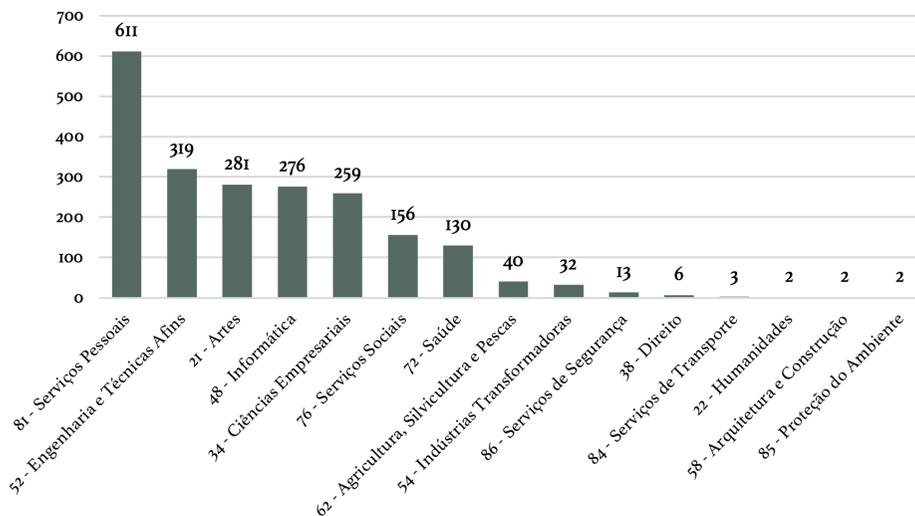


Figura 2 Número de cursos oferecidos por áreas de estudo

Adaptado de (Barbosa et al., 2020) com base na informação disponibilizada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGESTE) (2019)

Verificou-se também uma ampla disseminação de algumas das áreas de educação e formação, em especial Ciências Informáticas, Saúde - programas não classificados noutra área de formação, e Trabalho Social e Orientação, as quais foram oferecidas em todas as NUTS III no período em análise. As áreas de educação e formação Audiovisuais e Produção dos Media, Hotelaria e Restauração, e Desporto se mostraram distribuídas por Portugal Continental, apenas não estavam disponíveis em uma região NUTS III.

Contudo, algumas áreas de educação e formação com um número elevado de cursos oferecidos não compreendiam todas as NUTS III, designadamente Eletrónica e Automação, com um total de 121 cursos e ausente em 4 NUTS III, todas do interior, e Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, com 75 cursos, mas ausente em 7 regiões NUTS III.

Por outro lado, algumas NUTS III apresentavam uma elevada especialização em determinadas áreas de educação e formação, comparativamente à média nacional. Por exemplo, verificou-se uma maior concentração de cursos de Enquadramento na Organização/Empresa no Alto Minho, Indústrias Alimentares no Alto Tâmega e no Alto Alentejo, Silvicultura e Caça na Região de Coimbra, Construção Civil e Engenharia Civil na região Beiras e Serra da Estrela, Ciências Dentárias nas regiões Cávado, Ave, e Região de Leiria. Estas especializações, se não relacionadas com concentração da procura por profissionais das respetivas áreas de educação e formação, poderiam ser potenciadoras de um desequilíbrio de oferta de quadros qualificados e consequentemente de desemprego.

É expectável que a distribuição dos cursos a nível regional varie de acordo com as suas especificidades, em particular a carência de mão de obra especializada de determinada área

ou a procura futura de profissionais com determinadas profissões. Contudo, a concentração da formação, ou a especialização regional em determinadas áreas de estudo devem ser devidamente justificadas pelas necessidades locais e regionais do mercado de trabalho.

2.2. Estratégia de Especialização Inteligente

Uma perspetiva relevante para avaliar a oferta formativa do ESP é analisar o seu alinhamento com os eixos temáticos e áreas prioritárias definidas na estratégia de especialização inteligente. A Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (EREI) têm por pressuposto que a melhoria de conhecimento e competências num conjunto (limitado) de atividades económicas prioritárias possibilita uma melhor afetação de recursos e fomentar o desenvolvimento económico. Ao ensino e formação profissional é reconhecido um papel fundamental no sucesso das estratégias de especialização inteligente (Marinelli & Elena-Perez, 2017). Em particular o ESP, se focado na preparação de profissionais qualificados que correspondam às profissões e atividades estratégicas para o país, contribuirá efetivamente para a competitividade regional e nacional, aumentando o impacto económico do seu ensino.

Durante o projeto +PRO foi feita a análise do alinhamento entre as áreas de ensino e formação dos cursos do ESP e as linhas estratégicas nacionais e regionais definidas pela ENEI e pelas respetivas EREI (Melo et al., 2021). Uma síntese número de cursos alinhados com as duas estratégias é apresentada na Tabela 1.

Região	Número de cursos	Alinhados EREI	%	Alinhados ENEI	%	Não alinhados	%
Norte	747	441	59%	644	86%	103	14%
Centro	586	317	54%	473	81%	113	19%
A.M. Lisboa	525	312	59%	421	80%	104	20%
Alentejo	160	122	76%	128	80%	22	14%
Algarve	114	78	68%	87	76%	27	24%
R.A. Açores	113	79	70%	100	88%	13	12%
R.A. Madeira	85	57	67%	66	78%	19	22%
Total	2330	1406	60%	1919	82%	401	17%

Tabela 1 Resumo do alinhamento dos cursos profissionais
Adaptado de Melo et al. (2021)

Em termos gerais, verificou-se que 82% dos cursos ESP estão alinhados com a ENEI, sendo que o compromisso de cada uma das regiões NUTS II é variável, havendo um alinhamento menor na região do Algarve (76%). O maior alinhamento verifica-se na Região Autónoma dos Açores (88%) e na Região Norte (86%) – as duas NUTS II com um alinhamento acima da média nacional. É de notar que algumas áreas de educação e formação que têm uma grande oferta de cursos não contribui para especialização inteligente priorizada a nível nacional, designadamente Desporto, Trabalho Social e Orientação, e Serviços de Apoio a Crianças e Jovens.

Outro destaque destes resultados é o facto de o alinhamento com as prioridades regionais ser menor do que o nacional, já que em média apenas 60% dos cursos estão alinhados com a respetiva EREI. Também aqui se denotam diferenças entre as NUTS II, com o Alentejo a apresentar um maior alinhamento da oferta formativa de ESP com a EREI (76%) e a Região Centro a apresentar o menor alinhamento com as prioridades da EREI respetiva (54%).

É expectável que o financiamento dos cursos aumente o alinhamento com as estratégias. De facto, na Região do Alentejo denota-se um maior alinhamento, o que é coerente com o facto dos cursos poderem ser financiados por programas regionais. Contudo, noutras NUTS II em que os cursos ESP são passíveis de financiamento (Regiões Norte e Centro) tal já não se verifica, em especial na Região Centro que, como notado, tem o alinhamento com EREI mais baixo da análise, e inferior às regiões que não têm fundos regionais para os cursos (Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores). Assim, o financiamento regional não explica as diferenças de alinhamento com as EREI que foram identificadas.

Uma análise mais detalhada do alinhamento com a EREI por área de educação e formação dos cursos do ESP permite compreender melhor os desvios com as prioridades das EREI (Tabela 2). Duas áreas de educação e formação (Desporto e Serviços de Apoio a Crianças e Jovens) são oferecidas em todas as NUTS II e não se configuram nem com nenhuma das EREI. Aliás, a falta de enquadramento nas EREI verifica-se para a maioria das áreas de educação e formação oferecidas em cada região.

É importante notar que as áreas prioritárias definidas pela ENEI e pelas EREI têm tanto sobreposições como complementaridades, pelo que recomenda uma análise integrada das duas estratégias. Um caso a destacar é o da oferta formativa relativa a Ciências Informáticas, tem um peso importante nas áreas prioritárias da ENEI e que, como vimos antes, é uma área com forte presença no ESP. Ora, sendo uma prioridade nacional, nem todas as regiões a consideraram na respetiva EREI. Apesar de alguma complementaridade de áreas prioritárias entre ENEI e as EREI, verifica-se que 401 cursos do ESP não estão alinhados nem com a estratégia nacional, nem com a regional, ou seja, não contribuem para a especialização inteligente. Conclui-se assim por um número elevado de cursos não alinhados com a estratégia de especialização inteligente, que correspondem a 17% da oferta formativa do ESP.

Áreas de Educação e Formação	N	C	ALE	AML	ALG	RAM	RAA
Artes do espetáculo							
Artesanato							
Audiovisuais e produção dos media							
Ciências dentárias							
Ciências informáticas							
Comércio							
Construção civil e engenharia civil							
Construção e reparação de veículos a motor							
Contabilidade e fiscalidade							
Cuidados de beleza							
Design							
Desporto							
Direito							
Eletricidade e energia							
Eletrónica e automação							
Enquadramento na organização/empresa							
Finanças, banca e seguros							
Floricultura e jardinagem							
Gestão e administração							
História e arqueologia							
Hotelaria e restauração							
Indústrias alimentares							
Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro							
Marketing e publicidade							
Materiais (ind. madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)							
Metalurgia e metalomecânica							
Produção agrícola e animal							
Proteção de pessoas e bens							
Proteção do ambiente							
Saúde - programas não classificados noutra área de formação							
Secretariado e trabalho administrativo							
Segurança e higiene no trabalho							
Serviços de apoio a crianças e jovens							
Serviços de transporte							
Silvicultura e caça							
Tecnologia dos processos químicos							
Tecnologias de diagnóstico e terapêutica							
Trabalho social e orientação							
Turismo e lazer							

Tabela 2 Alinhamento entre as áreas de educação e formação e as EREI por região

Legenda: N = Norte, C = Centro, Ale = Alentejo, AML = Área Metropolitana de Lisboa, Alg = Algarve, RAM = Região Autónoma da Madeira, RAA = Região autónoma dos Açores

- Não oferece cursos profissionais nesta área
- Oferece cursos profissionais, mas não há alinhamento
- Oferece cursos profissionais e estão alinhados

Adaptado de Melo et al. (2021)

Estes resultados sugerem várias reflexões. Naturalmente, a estratégia de especialização inteligente não é o único critério de definição da oferta formativa, e é expectável que parte dos cursos tenham outras orientações. Contudo, existe margem para melhorar o alinhamento da oferta formativa do ESP com as estratégias de especialização inteligente nacional e regionais, o que poderá ser considerado na avaliação e aprovação das candidaturas a financiamento. Um maior alinhamento estará mais de acordo com a missão do ESP de promover a competitividade e desenvolvimento económico futuros, e iria aumentar a capacidade para melhor corresponder aos desafios estratégicos nacionais e locais.

Adicionalmente, um maior alinhamento dos cursos ESP com a ENEI em comparação à EREI pode sugerir uma inadequação das prioridades definidas pelas EREI com as necessidades atuais do mercado de trabalho, resultando de uma tensão entre o que são as necessidades atuais e o contexto que se espera ou deseja para o futuro. A compatibilização das estratégias de especialização inteligente com as necessidades atuais de qualificações para o mercado de trabalho deve naturalmente ser assegurada. Neste sentido, poderá ser justificável a promoção de cursos não alinhados com as prioridades estratégicas para responder a necessidades do mercado de trabalho de profissionais qualificados em determinadas áreas.

2.3. Ensino público vs. ensino privado

O ensino privado é particularmente importante no ESP, sendo responsável por 39% da oferta formativa, considerando o número de cursos oferecidos no triénio 2018/2021 (Barbosa et al., 2020). Apenas na NUTS II Algarve é que o seu peso é diminuto (4%), e varia entre 34 e 41% nas restantes NUTS II de Portugal Continental.

A oferta de cursos de ESP por instituições de ensino privado é bastante abrangente, apesar do peso da oferta variar muito entre áreas de estudo. Por exemplo, a oferta de cursos de Informática e a Agricultura, Silvicultura e Pescas é relativamente reduzida (22%), enquanto os cursos das áreas de estudo Serviços de Transporte e Arquitetura e Construção são apenas oferecidas pelo setor privado (100%). O peso do ensino privado também varia muito quando consideradas as diversas áreas de educação e formação. Por exemplo, as instituições de ensino privado são responsáveis pela oferta de uma parte substancial de cursos nas áreas de Artes do Espetáculo (67%), Marketing e Publicidade (73%), Hotelaria e Restauração (54%). Na área de educação e formação com mais cursos a nível nacional, Ciências Informáticas, o seu contributo é menos expressivo (22%). É de salientar, também, que o ensino privado acrescenta maior diversidade às áreas de educação e formação, tendo assim um papel de inovador da oferta ESP. De facto, muitos cursos com uma oferta muito reduzida têm uma oferta predominantemente de instituições de ensino privadas, tais como Serviços de Transporte (3 cursos, 100%), Segurança e Higiene no Trabalho (3 cursos, 67%), Proteção do Ambiente (2 cursos, 50%), Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica (2 cursos, 100%), Ciências Dentárias (3 cursos, 67%), Construção Civil e Engenharia Civil (2 cursos, 100%), Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros) (4 cursos, 75%), Direito (6 cursos, 67%), Finanças, Banca e Seguros (2

cursos, 100%). Estes resultados sugerem que o ensino privado acrescenta diversidade e inovação ao ESP, ao apostar em áreas de educação e formação menos comuns ou inexploradas.

É de notar que a complementaridade da oferta entre ESP público e privado não é isenta de tensões, tal ficou muito patente nas reuniões realizadas pelo projeto +PRO para construção da rede do ESP no Distrito de Aveiro. Vários dirigentes de agrupamentos de escolas salientaram as diferenças entre ESP público e o privado que se verificam no financiamento obtido e no apoio financeiro prestado aos estudantes.

“A concorrência [é] totalmente desleal. O curso [X] recebe 105.000 euros por ano, por turma. A escola privada recebe à cabeça dois anos do curso, ou seja, 210.000 euros. A pública só recebe com fatura das despesas. Chegamos ao fim do ano, só recebe o que gastou, ao contrário das privadas. (...) As regras são distintas e a execução financeira é diferente. O estado devia dar igualdade.”

Dirigente de Agrupamento de Escolas A

Estas diferenças tendem a tornar o ESP privado mais dinâmico e mais atrativo para muitos estudantes. Foi também salientado o facto de muitas vezes as instituições privadas oferecerem cursos em áreas de educação e formação semelhantes em zonas geográficas onde essa oferta também é ministrada por escolas públicas, gerando uma concorrência entre cursos que, frequentemente, retira estudantes ao ensino público, nomeadamente pelos maiores apoios financeiros. Outro aspeto que gera desvantagem para as escolas públicas é o facto dos calendários de candidaturas e de inscrições serem mais alargados / tardios no ensino privado, o que acaba por gerar desistências de estudantes das escolas públicas porque, entretanto, se candidataram a um curso semelhante numa escola privada.

Muitas vezes, os timings das escolas profissionais não são os mesmos das escolas públicas. Em agosto até há alunos a mais para os cursos profissionais, o aluno tem de se matricular numa escola pública, mas quando a escola profissional particular abre mais tarde, eles abandonam para essa escola, saem da escola pública. Perdemos 15 a 20 alunos. Na escola privada, eles recebem em valor monetário (na pública é senha de almoço e transporte). (...) As escolas privadas deviam ter um calendário igual ao da pública. Temos de recusar [candidatos] e depois ficamos com vagas [por preencher]. As turmas começam a ter alunos a menos. A fase de candidatura deveria ser igual. O que não pode acontecer é que se matriculem e depois saem em outubro. Há um desdobraimento das turmas que depois não se verifica, e o que fazemos aos docentes?

Dirigente de Agrupamento de Escolas D

2.4. Recomendações para aperfeiçoamento da oferta formativa

A oferta formativa é determinada por vários fatores, muitas vezes divergentes: recursos e financiamento; prioridades nacionais e regionais; necessidades atuais e prioridades futuras. Apesar dos mecanismos existentes de comunicação e colaboração entre gestão do ESP e empresas, subsistem incongruências na oferta formativa.

Adicionalmente, a oferta é também condicionada por aspetos relacionados com a procura dos cursos, determinada quer pelo número de estudantes que terminam o ensino básico e as tendências de natalidade das últimas décadas, quer pelas preferências e expectativas futuras de estudantes e pais.

Assim sendo, a definição da oferta formativa é marcada por dilemas e divergências. Nas reuniões de trabalho realizadas no âmbito do projeto +PRO para articulação da rede de ensino profissional, os dirigentes do ESP foram unânimes a reconhecer a complexidade desta tarefa.

“O nosso grande constrangimento é a taxa de natalidade. Já está refletida nos percursos do secundário. Por mais que queiramos dar formação para ir para o mercado de trabalho, apesar dos cursos aprovados, mesmo para os humanísticos, não há alunos (artes visuais, por exemplo). O mesmo se passa no EP. Não há alunos. (...) Não podemos diversificar muito a oferta, porque mesmo para abrir duas áreas, não conseguimos. (...) O concelho é direcionado para a área da mecânica (...) A procura de soldadores é enorme. Necessidade de serviços. (...) Temos de lutar contra o preconceito (...) Há 4 ou 5 anos abrimos o mesmo número de turmas. Não temos alunos para abrir áreas de formação. (...) Temos recursos humanos, temos os cursos aprovados, mas sem alunos suficientes. (...) Há emprego à espera. Com empresas com estágio.”

Dirigente do Agrupamento de escolas E

“A oferta formativa deve ser explicada aos pais dos meninos que estão no nono ano. (...) As associações de pais fazem [pressão] para abrir determinado curso com vista à continuação dos estudos no ensino superior.”

Dirigente de Agrupamento de Escolas G

“Pais e empregadores têm perspetivas diferentes. Nota-se que a articulação da oferta formativa vai ao encontro muitas vezes daquilo que os pais pretendem, e nunca a favor do estudante.”

Dirigente de Agrupamento de Escolas I

Tendo em consideração as contradições e dilemas identificados na definição da oferta formativa, tecem-se as seguintes recomendações.

Ro5. Priorizar a empregabilidade e valorização profissional na definição da oferta formativa do ESP. A oferta formativa do ESP não está isenta de contradições, designadamente devido a divergências entre necessidades atuais e estratégicas, e entre orientação para o mercado de trabalho ou para a prossecução dos estudos, tal como descrito nas páginas anteriores. A ter de ser definido um elemento-chave que se sobreponha aos demais, entende-se como mais razoável a priorização da empregabilidade e, conseqüentemente, a orientação para suprir necessidades do mercado de trabalho. Tal priorização tem a ver, não só, com o cumprimento dos desígnios do ESP (i.e., inclusão social, empregabilidade, competitividade, e desenvolvimento económico)

como com a própria sustentabilidade do modelo de ensino. O seu sucesso e boa imagem dependem, essencialmente, da capacidade de formar profissionais que sejam valorizados no mercado de trabalho. Esta priorização deve ser devidamente comunicada, até para que se possam conciliar perspetivas dissonantes, designadamente entre pais, professores e empregadores.

Ro6. Articular prioridades estratégicas com necessidades correntes. As prioridades estratégicas nacionais e regionais, designadamente as relativas à especialização inteligente, são essenciais para promover o desenvolvimento económico. Contudo, são evidentes desvios entre estratégias nacionais e regionais e, adicionalmente, o significativo desalinhamento da oferta formativa do ESP com essas prioridades, mesmo nas regiões onde os cursos alinhados são passíveis de financiamento. É necessária por um lado, uma mais clara articulação das estratégias regionais com as prioridades nacionais, designadamente devido ao impacto no financiamento. Adicionalmente, é necessário garantir que as necessidades correntes do mercado de trabalho são devidamente acauteladas. Só esta articulação garante a empregabilidades dos diplomados do ESP.

Ro7. Melhorar a equidade entre ESP público e privado. As instituições de ensino privado têm um papel importante na oferta formativa de ESP, e demonstram capacidade de alargar o âmbito do ensino, designadamente ao introduzir novas áreas de educação e formação. O sucesso do ESP depende de uma boa articulação entre ambos e de condições adequadas para uma atuação complementar. Para tal, é recomendável que sejam evitadas sobreposições de oferta, o que pode ser conseguido quer por mecanismos de diálogo e de articulação da rede de ensino profissional, quer pela definição de regras claras para consideração da oferta de concorrentes numa determinada área geográfica.

Por outro lado, diferenças de apoios, seja no acesso ao financiamento, seja nos apoios concedidos aos estudantes, não devem depender da natureza pública ou privada da instituição de ensino, devendo as eventuais desvantagens que subsistam para o ensino público ser analisadas e anuladas.

Finalmente, foram apontadas diferenças no funcionamento dos cursos, em particular os calendários de candidatura e preenchimento das vagas, que origina um claro desperdício de recursos, ao gerar vagas inesperadas no ensino público por desistência de estudantes que, entretanto, foram aceites em cursos semelhantes do ensino privado – onde obtém condições financeiras mais atrativas. Ora, essas diferenças de regras de funcionamento geram desperdício de recursos, tensão, e falta de equidade entre as instituições com base na sua natureza pública ou privada.

3. PERCURSOS APÓS CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

Nos capítulos anteriores ficou claro que os estudantes do ESP têm intenções de integração no mercado de trabalho e de continuação dos estudos no ensino superior após conclusão do ESP. Este capítulo analisa em mais detalhe os percursos dos diplomados, visando explicar os fatores que os tornam mais prováveis e as suas dinâmicas.

3.1. Caraterização dos percursos

Neste ponto são analisados quatro percursos seguidos pelos diplomados do ESP: Estudar, Trabalhar na área de formação do curso, Trabalhar noutra área, e Não estudar nem trabalhar. É dada particular atenção às razões que levam os diplomados a seguir cada um dos percursos. Para esta análise são considerados dados obtidos por vários dos estudos realizados durante o projeto +PRO quer com dados secundários (Barbosa et al., 2022) quer com entrevistas (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming) e inquéritos por questionário (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) realizados a diplomados.

3.1.1. Prosseguimento dos estudos (Percurso “Estudar”)

O prosseguimento dos estudos para o ensino superior é um tema muito discutido no âmbito do ESP, designadamente pelo manifesto interesse dos seus estudantes em aceder ao ensino pós-secundário, e das consequentes adaptações das políticas educativas para a democratização do acesso ao ensino superior e a correção de desigualdades nas oportunidades de estudantes do ESP e do ensino regular (Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), 2020). Aliás, o acesso ao ensino superior assume-se como um objetivo prioritário de alguns dos estudantes do ESP – alguns deles sem qualquer intenção de entrar no mercado de trabalho, como analisado em detalhe no capítulo sobre o perfil dos estudantes.

Nos dados obtidos pelo OTES relativas a diplomados do ESP entre 2010 e 2019 (Barbosa et al., 2022), das 16.516 respostas completas, 5.169 (31,3%) diplomados, 14 meses após a conclusão do ESP, encontravam-se apenas a estudar. Não sendo esta uma amostra representativa da população, e não havendo dados exatos sobre o número de diplomados do ESP que entram no ensino superior, é unânime o reconhecimento da importância deste percurso, e a expectativa que aumente nos próximos anos.

Segundo os dados obtidos pelo OTES, as duas principais razões para prosseguirem estudos são melhores possibilidades de encontrar um emprego (53%) e poder exercer a profissão desejada (29%). Esta perspetiva ficou também patente na série de entrevistas realizadas a diplomados, em que vários explicaram ter optado por adiar a entrada no mercado de trabalho para melhorar as perspetivas profissionais.

“Eu achei que o curso profissional era pouco. (..) Talvez eu conseguisse arranjar trabalho na área (...). Mas a minha decisão foi mesmo de querer algo mais. Achei que o curso profissional em si era pouco e que talvez dessem o devido valor, então decidi ingressar na universidade para ter mais currículo, digamos assim, para as empresas dar mais valor, porque, pelo menos já estava à frente dos meus colegas que só terminaram o 12º ano, foi mais por isso.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup13

“Mas sentia que não estava capaz ainda de assumir um posto de programação, isto é, estar numa empresa a trabalhar e então fui para o [ensino superior] e foi esse então o motivo de querer ainda continuar [a estudar] porque eu gostava e gosto bastante desta área.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup15

No estudo quantitativo realizado pelo projeto +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) verificou-se que a grande maioria dos diplomados que prosseguem estudos fazem-no até seis meses após conclusão do ESP (83%). Esse estudo verificou também que a intenção inicial de prosseguir estudos é significativamente superior entre os diplomados do percurso Estudar relativamente aos percursos Trabalhar noutra área e Não estudar nem trabalhar.

3.1.2. Trabalhar na área de formação do curso

O grupo mais numeroso dos diplomados do ESP segue para o mercado de trabalho. Os dados disponibilizados pelo OTES relativamente a diplomados do ESP entre 2010 e 2019 sugerem que, 14 meses após a conclusão do curso, 37,7% dos diplomados do ESP se encontravam a trabalhar.

Esta percentagem varia consideravelmente entre os grandes grupos das área de educação e formação (Barbosa et al., 2022). A percentagem dos diplomados que trabalha é superior em Ciências, matemática e informática (42,8%), Serviços (35,4%) e Engenharia, indústrias transformadoras e construção (35,1%). Já a percentagem que não trabalha é muito elevada entre os diplomados de Agricultura (81,5%), Artes e humanidades (77,3%) e Educação (96,4%). Apesar da amostra considerada não ser representativa da população, tem uma dimensão muito grande ($n = 16.516$), o que nos permite inferir que haverá, de facto, diferenças muito significativas na empregabilidade de diferentes áreas.

Em termos gerais, os dados nacionais disponíveis apontam para uma integração rápida no mercado de trabalho para a maioria dos diplomados. Segundo os dados recolhidos pelo OTES analisados pelo projeto +PRO (Barbosa et al., 2022), do total de diplomados entre 2010 e 2019 que seguiram para o mercado de trabalho, 10% começaram a trabalhar antes de terminar o curso e 52% obtiveram emprego na área de formação nos primeiros 6 meses após conclusão do ESP.

De acordo com os dados obtidos pelo OTES, as principais razões para seguir para o mercado de trabalho são dificuldades económicas (18%), não ter dificuldades económicas mas quer ter o seu próprio dinheiro (25%), pretender a independência financeira (4%), aproveitar

uma oportunidade de emprego (23%), e não ter conseguido entrar no ensino superior (11%). Os restantes respondentes apontam outras razões (e.g., aprender coisas importantes que a escola não ensina, ajudar no negócio familiar). De facto, uma parte dos diplomados que seguiram para o mercado de trabalho fizeram-no apesar das intenções anteriores de continuar a estudar. O estudo realizado pelo +PRO verificou adicionalmente que estudantes que declararam ter dificuldades financeiras tiveram uma oportunidade de prosseguir estudos substancialmente menor do que aqueles que tinham boa situação financeira (Barbosa et al., 2022).

Nas entrevistas realizadas com diplomados (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming), várias foram as narrativas que salientaram a necessidade de entrada no mercado de trabalho por razões financeiras, mesmo entre aqueles que gostariam de ter continuado a estudar. Alguns entraram no mercado de trabalho após conclusão do curso, e prosseguiram os seus estudos mais tarde.

“O meu objetivo era mesmo acabar a escola e ir trabalhar, ganhar dinheiro, ter as minhas coisas, ter a minha vida pessoal, não depender de pais, não depender de nada.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo7

“O objetivo inicial era ingressar no ensino superior. Era o objetivo desde pequenina. Infelizmente, na altura em que acabei o ensino profissional, os meus pais não tinham muita possibilidade de eu conseguir ingressar. Então, comecei a trabalhar.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp05

Também é frequente a opção pelo regresso aos estudos alguns anos após a entrada no mercado de trabalho para melhorar as perspetivas profissionais.

“Depois de todo este tempo [a trabalhar] optei por [continuar] a minha formação, espero agora concluir a Licenciatura [e] arranjar um emprego que me satisfaça e que, no fundo, venha a aplicar todos estes conhecimentos que fui adquirindo.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp04

O estudo quantitativo conduzido pelo projeto +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) permitiu, ainda, explorar os principais obstáculos enfrentados pelos diplomados do ESP na transição para o mercado de trabalho (Figura 3).

A maioria dos participantes no estudo destacou a experiência profissional insuficiente (60%) e a falta de oportunidades de emprego (60%). Seguiram-se as dificuldades de deslocação para locais onde existiam oportunidades de emprego (37%). Os obstáculos enfrentados não apresentam diferenças significativas entre diplomados que foram trabalhar na área de formação, ou noutra área, ou os que foram estudar, e são equivalentes nas NUTS III de densidade populacional baixa e média/elevada. Os obstáculos enfrentados por diplomados com boas/más condições financeiras são também semelhantes, exceto no que concerne à dificuldade de deslocação, que é mais marcante para os diplomados que tinham piores condições financeiras.

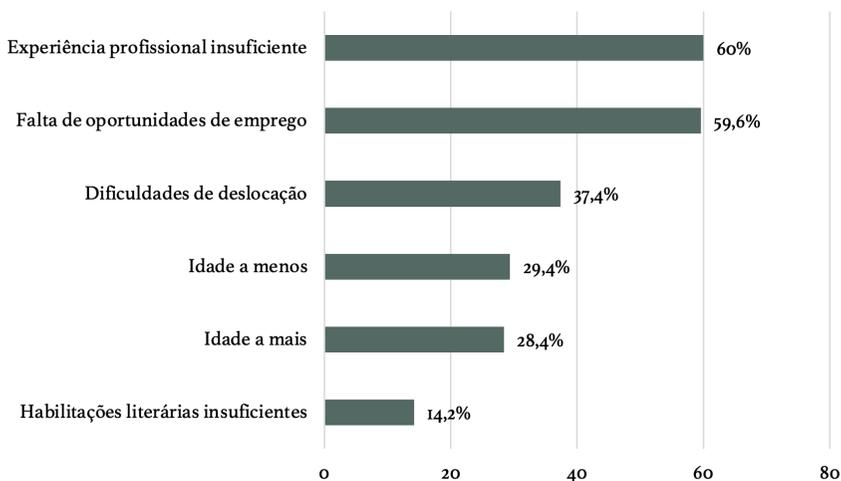


Figura 3 Principais obstáculos enfrentados pelos diplomados do ESP na transição para o mercado de trabalho
Adaptado de (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming)

As entrevistas realizadas com diplomados do ESP (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming) também enfatizaram os obstáculos relativos à falta de oportunidades emprego na área de residência. Os diplomados notaram quer uma falta de alinhamento entre a formação e as necessidades do mercado, quer facto das oportunidades estarem por vezes localizadas noutras regiões não compatíveis com a sua área de residência.

“Olhando para a zona em que vivemos, o forte é indústria, portanto o curso não estava orientado para o mercado de trabalho da região... Para outras zonas talvez... (...) Dá vantagem de termos alguma experiência, entre aspas, mas, se o curso fosse mais voltado para as necessidades da região, se calhar, tínhamos mais sucesso, no sentido de estarmos a trabalhar na área...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo8

3.1.3. Trabalhar noutra área

Estes obstáculos para encontrar oportunidades na sua área de formação levam, muitas vezes, os diplomados a aceitar trabalho em áreas diferentes. Foram frequentes as narrativas de diplomados quanto ao desalinhamento da oferta formativa com as necessidades do mercado de trabalho local (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming), sugerindo o reforço dessa articulação quer para o aumento da empregabilidade dos diplomados quer para a maior atratividade e sucesso geral do ESP.

“Não estou a fazer aquilo que eu gosto. Estudei para uma coisa e estou a fazer outra.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo7

“É abrir mais cursos de áreas com elevada empregabilidade e encerrar outros que não dá para nada...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT14

“Se houver uma boa interligação entre escola, curso e mercado de trabalho, de preferência por região, acho que tudo corre bem...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTII

Foi também salientado por alguns dos participantes que, ao concorrerem a empregos fora da área do seu curso, ficam em desvantagem relativamente a estudantes com melhor preparação em disciplinas mais gerais.

“Nós não tivemos muita preparação em áreas gerais e isso não ajuda depois... Como eu disse, se não formos trabalhar para a nossa área, e não temos preparação em coisas gerais, isso não ajuda em nada.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTIO

3.1.4. Percurso “Não Estudar Nem Trabalhar” (NENT)

O percurso que mais preocupação gera em todos os intervenientes e na sociedade em geral é aquele que corresponderá aos diplomados que não ingressam no ensino superior nem são integrados no mercado de trabalho. Apesar de terem cumprido o objetivo de concluir o ensino secundário, poderão ser considerados como um caso de insucesso do ESP.

Dos dados disponibilizados pelo OTES relativos a 16.516 diplomados do ESP entre 2010 e 2019 analisados durante o projeto +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming), 3.120 (18,9%) estavam à procura de emprego e 611 (3,7%) não estudavam nem trabalhavam nem procuravam emprego 14 meses após terem concluído a formação.

Com base nestes dados da OTES, um dos trabalhos realizados pelo +PRO avaliou a probabilidade de, 14 meses após a conclusão do ESP, o diplomado estar na situação de não estudar, nem trabalhar, nem procurar emprego (NENTNPE) em alternativa aos percursos alternativos: Estudar, Trabalhar e estudar, Trabalhar, e Estar à procura de emprego (Barbosa et al., 2022). Essa análise permitiu identificar vários fatores que afetam a probabilidade de um diplomado se encontrar na situação NENTNPE:

- A nota obtida a matemática aumenta a probabilidade de o diplomado Estudar ou Trabalhar e estudar, comparativamente à situação NENTNPE;
- A intenção inicial de prosseguir estudos aumenta significativamente a probabilidade de o diplomado Estudar ou Trabalhar e estudar, comparativamente à situação NENTNPE;
- Os diplomados satisfeitos com o curso de ESP têm uma maior probabilidade de seguir qualquer dos percursos alternativos a NENTNPE;
- Mãe/Tutora ter habilitações literárias ao nível do ensino superior aumenta significativamente a probabilidade de estudar em comparação com NENTNPE;
- Residir numa região de maior densidade populacional aumenta significativamente a probabilidade de o diplomado seguir um percurso alternativo à situação NENTNPE.

Estes resultados são particularmente preocupantes na medida em que a maioria

dos fatores que afetam a probabilidade do diplomado se encontrar na situação NENTNPE são contextuais/estruturais, designadamente o facto de residir ou não numa região de baixa densidade populacional e condições socioeconómicas da família, concretamente habilitações literárias da tutora.

Apesar destes sinais negativos, um outro estudo realizado pelo projeto +PRO, desta feita com dados primários recolhidos através de inquérito por questionário a 500 diplomados do ESP (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) demonstrou que o número de diplomados neste percurso se reduz exponencialmente no tempo. O estudo verificou que, nos primeiros seis meses após conclusão do ESP, 84% dos diplomados não estavam nem a trabalhar nem a estudar. Contudo, entre 6 e 12 meses esse grupo passava a representar 14% dos diplomados, e após 24 meses já ninguém se encontrava nesse percurso. Como veremos adiante, estes diplomados acabam por integrar o mercado de trabalho, ainda que em profissões não relacionadas com a sua área de formação.

Nas entrevistas realizadas a diplomados (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming) vários participantes indicaram estar um tempo na situação NTNENPE por razões pessoais e familiares. Enquanto uns pararam após conclusão do ESP por opção, outros estiveram mais tempo à procura de emprego.

“Eu parei um ano, um ano e meio, para começar a trabalhar. Quando estava no 12º, já estava a pensar ingressar na faculdade, até já estava a ver várias faculdades para seguir os estudos. Mas não, quando acabei não segui logo, decidi parar um ano, e depois começar a trabalhar, e só depois é que ingressei no CTeSP e pretendo seguir mais para a frente.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup19

“Estive mais ou menos... 4 meses... (...) a minha mãe deu-me uma experiência de ir para França conhecer outro mercado de trabalho, outra maneira de pensar, outro estado.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo7

“Não acho que o mercado de trabalho esteja preparado e com vontade de colocar uma pessoa que tenha terminado um curso profissional, porque supostamente não tem estudos.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo1

3.2. Fatores que influenciam os percursos dos diplomados

Por forma a analisar os fatores associados à probabilidade de seguir os diferentes percursos pós-secundários, o projeto +PRO realizou um estudo quantitativo com uma amostra estratificada composta por 500 diplomados do ESP (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming), em que foram comparados os percursos: Estudar, Trabalhar na área de formação, Trabalhar noutra área e Não estudar nem trabalhar (NENT). Em especial, o estudo realizou análises logit multinomiais por forma a identificar os fatores que explicam a maior probabilidade

de seguir percurso Trabalhar na área de formação e o percurso Estudar em alternativa aos demais percursos.

Foi adotada regressão stepwise como método de ajuste, considerando sequencialmente a adição ou subtração de variáveis explicativas suportadas pela literatura de modo a identificar um subconjunto útil de preditores utilizado na construção do modelo final apresentado. As variáveis retidas para análise foram: Sentimento de preparação para o mercado de trabalho durante o ESP; Escolaridade Mãe / tutora; Estudante ter sido/não ter sido trabalhador durante o ESP, Estudante ter sido / não ter sido trabalhador na área de formação durante o ESP; Boa/ Má situação financeira no final do ESP; Intenção inicial de continuar os estudos; Intenção inicial de seguir para o mercado de trabalho.

3.2.1. Probabilidade de integração no mercado de trabalho na área de formação após conclusão do ESP

A probabilidade de seguir o percurso Trabalhar na área de formação foi comparada com os restantes percursos através de uma regressão logit multinomial (Tabela 3).

Comparando o percurso Trabalhar na área de formação com o percurso Estudar, destacam-se os seguintes resultados:

- Não ter trabalhado durante o ESP e a intenção inicial de prosseguir estudos aumentam significativamente a probabilidade de estudar relativamente a trabalhar na área de formação;
- O sentimento de preparação do diplomado para o mercado de trabalho, o facto de ter trabalhado na área de formação durante o ESP e a intenção inicial de ingressar no mercado de trabalho diminuem significativamente a probabilidade de estudar em comparação com trabalhar na área de formação.

Comparando o percurso Trabalhar na área de formação com Trabalhar noutra área, verifica-se que o sentimento de preparação do diplomado, o facto de ter trabalhado na área de formação durante o ESP, e a situação financeira favorável quando concluiu o ESP diminuem significativamente a probabilidade de trabalhar noutra área relativamente a trabalhar na área de formação do curso.

- Da comparação com o percurso NENT verifica-se que o sentimento de preparação do diplomado, o facto de ter trabalhado na área de formação durante o ESP diminuem significativamente a probabilidade de nem estudar nem trabalhar relativamente a trabalhar na área de formação do curso.

Percurso	Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	Exp (B)
Estuda	Constante	5.201***	1.454	
	Sentimento de preparação para M.T.	-0.152***	0.048	0.859
	Escolaridade Mãe / tutora	0.578	0.572	1.783
	Estudante do ESP não trabalhador	1.551***	0.568	4.716
	Estudante do ESP trabalhador da área	-1.356***	0.707	0.258
	Boa situação financeira no final do ESP	-0.446	0.521	0.640
	Intenção inicial de continuar os estudos	1.249***	0.446	3.488
	Intenção inicial de seguir para M.T.	-0.813**	0.422	0.443
Trabalha noutra área	Constante	6.530***	1.470	
	Sentimento de preparação para M.T.	-0.142***	0.050	0.867
	Escolaridade Mãe / tutora	0.001	0.636	1.001
	Estudante do ESP não trabalhador	-0.591	0.542	0.554
	Estudante do ESP trabalhador da área	-1.793***	0.639	0.166
	Boa situação financeira no final do ESP	-0.938*	0.528	0.391
	Intenção inicial de continuar os estudos	0.154	0.480	1.167
	Intenção inicial de seguir para M.T.	0.230	0.432	1.259
Não estuda nem trabalha	Constante	6.345***	1.469	
	Sentimento de preparação para M.T.	-0.194***	0.050	0.824
	Escolaridade Mãe / tutora	-0.248	0.623	0.780
	Estudante do ESP não trabalhador	-0.145	0.553	0.865
	Estudante do ESP trabalhador da área	-1.100*	0.629	0.333
	Boa situação financeira no final do ESP	0.258	0.559	1.295
	Intenção inicial de continuar os estudos	0.829	0.462	2.291
	Intenção inicial de seguir para M.T.	-0.110	0.428	0.896

Tabela 3 Modelo de regressão logit multinomial com a categoria de referência Trabalha na Área
 Significância: *** 99%, ** 95%, * 90%. M.T. = Mercado de Trabalho
 Adaptado de (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming)

Assim, verifica-se uma importância do sentimento de preparação do diplomado quanto à transição para o mercado de trabalho enquanto facilitador do percurso Trabalhar na área de formação. O sentimento de preparação em relação a transição para o mercado de trabalho reflete, de modo geral, o sentimento dos diplomados quanto à preparação que receberam para o futuro profissional, incluindo a preparação na realização das tarefas no trabalho, o sucesso na transição profissional, e o sentimento dos indivíduos quanto à redução de dificuldades gerais relacionadas com a transição para o mercado de trabalho. Conclui-se que o sentimento de preparação para o mercado está associado ao percurso Trabalhar

na área de formação em comparação com os demais percursos. O mesmo resulta de ser trabalhador estudante durante o ESP, desde que tal aconteça em profissão relacionada com a área do curso.

Finalmente, a intenção inicial explica o facto de o diplomado optar pela inserção no mercado de trabalho e na área de formação em vez de optar por estudar.

3.2.2. Probabilidade de prosseguimento dos estudos após conclusão do ESP

O estudo permitiu identificar vários fatores que aumentam a probabilidade de seguir o percurso Estudar em comparação os demais percursos (Tabela 6), em particular a intenção inicial de continuar os estudos e ter sido apenas estudante durante o ESP. Como a probabilidade de Estudar comparativamente a Trabalhar na área de formação já foi analisada no ponto anterior, faz-se agora a comparação com os percursos Trabalhar noutra área e NENT.

A análise permite identificar os seguintes fatores associados à probabilidade de seguir o percurso Estudar relativamente ao percurso Trabalhar noutra área de formação:

- A intenção inicial de ingressar no mercado de trabalho e a situação financeira favorável quando concluiu o ESP aumentam significativamente a probabilidade de estar na situação Não estudar nem trabalhar relativamente a prosseguir estudos;
- Ter tutora com escolaridade ao nível do ensino superior e não ter trabalhado durante o ESP diminuem significativamente a probabilidade de trabalhar noutra área de formação relativamente a prosseguir estudos.

Finalmente, a probabilidade de seguir o percurso Estuda relativamente a NENT é explicada pelos seguintes fatores:

- A intenção inicial de ingressar no mercado de trabalho aumenta significativamente a probabilidade de trabalhar noutra área de formação relativamente a prosseguir estudos;
- Ter trabalhado na área de formação durante o ESP e a intenção inicial de estudar diminuem significativamente a probabilidade de trabalhar noutra área de formação relativamente a prosseguir estudos.

Percurso	Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	Exp (B)
Trabalha na área de formação	Constante	-5.201***	1.454	
	Sentimento de preparação para M.T.	0.152***	0.048	1.165
	Escolaridade Mãe / tutora	-0.578	0.572	0.561
	Estudante do ESP não trabalhador	-1.551***	0.568	0.212
	Estudante do ESP trabalhador da área	1.356***	0.707	3.879
	Boa situação financeira no final do ESP	0.446	0.521	1.562
	Intenção inicial de continuar os estudos	-1.249***	0.446	0.287
	Intenção inicial de seguir para M.T.	0.813**	0.422	2.255
Trabalha noutra área	Constante	1.330***	0.684	
	Sentimento de preparação para M.T.	0.010	0.032	1.010
	Escolaridade Mãe / tutora	-0.578	0.461	0.561
	Estudante do ESP não trabalhador	-0.591	0.542	0.554
	Estudante do ESP trabalhador da área	-1.793***	0.639	0.166
	Boa situação financeira no final do ESP	-0.492	0.303	0.612
	Intenção inicial de continuar os estudos	-1.095***	0.281	0.335
	Intenção inicial de seguir para M.T.	1.044***	0.287	2.839
Não estuda nem trabalha	Constante	1.144*	0.663	
	Sentimento de preparação para M.T.	-0.042	0.030	0.959
	Escolaridade Mãe / tutora	-0.826**	0.428	0.438
	Estudante do ESP não trabalhador	-1.696***	0.377	0.183
	Estudante do ESP trabalhador da área	0.256	0.582	1.292
	Boa situação financeira no final do ESP	0.704**	0.334	2.023
	Intenção inicial de continuar os estudos	-0.420*	0.243	0.657
	Intenção inicial de seguir para M.T.	0.703***	0.266	2.021

Tabela 4 Modelo de regressão logit multinomial com a categoria de referência Estuda

Significância: *** 99%, ** 95%, * 90%

Adaptado de (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming)

Assim, a intenção inicial de estudar e o facto de apenas estudar durante o ESP destacam-se enquanto variáveis associadas ao percurso Estudar. A escolaridade da mãe/tutora ao nível do ensino superior é relevante apenas na comparação com o percurso NENT.

3.3. Dinamismo entre os percursos dos diplomados

No estudo quantitativo realizado pelo +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) foi pedida a descrição temporal dos percursos dos diplomados por forma a compreender as dinâmicas dos percursos.

Verifica-se que nos primeiros seis meses após conclusão do ESP, 22% dos diplomados participantes no estudo não estavam ainda num percurso final, ou seja, não estavam nem a estudar nem a trabalhar (Figura 4). Adicionalmente, nos primeiros seis meses, registou-se uma maior percentagem de diplomados que seguiram o percurso de prosseguimento dos estudos.

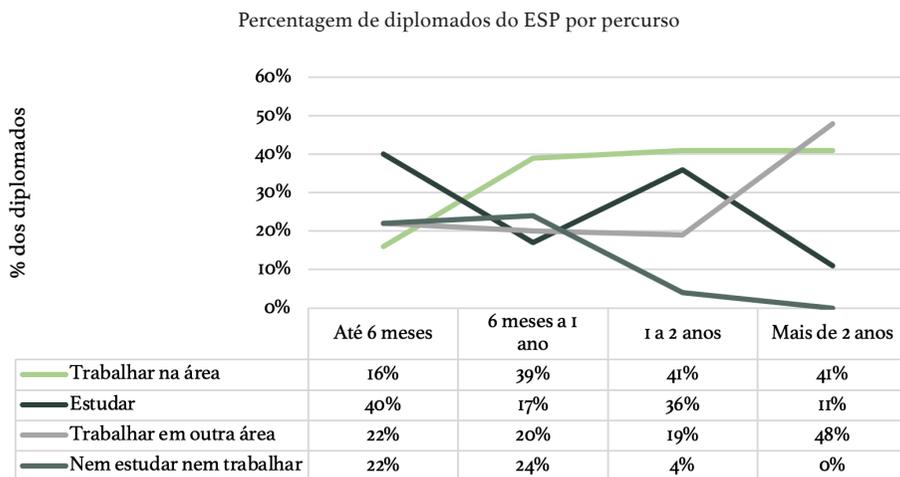


Figura 4 Percentagem de diplomados por percurso e por período após conclusão do curso
Adaptado de (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming)

Contudo, a distribuição por percursos altera-se no semestre seguinte, com um claro aumento da percentagem de diplomados a trabalhar na área de formação entre seis meses a um ano após a conclusão do ESP. Um ano após a conclusão do curso (o que corresponderá a um novo ano letivo) regista-se uma segunda vaga de entrada no ensino superior, com 36% dos diplomados enquadráveis nesse percurso, mas o maior grupo é o dos que se encontram a trabalhar na área de formação (41%). A percentagem daqueles que não estavam nem a estudar nem a trabalhar (incluindo os que procuravam emprego) diminuiu dos 22-24% registados durante o primeiro ano, para 4% no período entre 1 e 2 anos.

Finalmente, após dois anos, já não se registam diplomados em situação nem a estudar nem a trabalhar. Contudo, quase metade dos diplomados (48%) encontra-se, agora, a trabalhar numa área diferente do seu curso do ESP. A percentagem dos diplomados a trabalhar na área de formação mantém-se igual (41%) um ano após a conclusão do ESP.

Assim, o percurso de prosseguimento dos estudos é particularmente forte imediatamente após a conclusão do ESP e entre um e dois anos após a conclusão do curso. Nas entrevistas conduzidas pelo projeto +PRO (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming) foram apontadas várias razões para esta dinâmica. Alguns diplomados adiam a entrada no mercado de trabalho e preferem continuar a estudar, designadamente aqueles que tinham como principal objetivo no ESP a entrada no ensino superior.

“Eu não procurei trabalho como queria mesmo ingressar numa universidade não queria estar à procura de trabalho.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup17

Outros fazem-no enquanto trabalhadores-estudantes. Adicionalmente, vários narraram que seguiram imediatamente para o mercado de trabalho e, ou pela melhoria das suas condições financeiras ou pela necessidade de desenvolver conhecimentos e competências adicionais, mais tarde ingressaram no ensino superior.

“Fiquei durante 7 anos nessa empresa, mas (...) 3 anos [após] ter acabado o curso, inscrevi-me primeiro num CET de Qualidade, mas não estava a gostar e, entretanto, fiz o exame de Maiores de 23 para tentar a Engenharia Eletrotécnica e entrei e pronto! Depois, durante dois ou três anos, tentei... Não correu bem... Depois, desisti. Não estava a conseguir. Entretanto, agora, aqui há quatro anos vim para trás para [um] TESP e agora estou a fazer tudo seguido.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior Esup02

O percurso dos que trabalham na área de formação denota alguma dificuldade no primeiro semestre (apenas 16% o conseguem nesse período), mas após seis meses de conclusão do curso passa a ser o percurso de 39-41% dos diplomados, mantendo-se estável.

Destes resultados infere-se, também, que o percurso trabalhar fora da área aumenta de importância ao longo do tempo, designadamente em consequência da diminuição da percentagem de diplomados a estudar ou na situação de não estar nem a trabalhar nem a estudar.

De acordo com as narrativas partilhadas por diplomados na série de entrevistas realizadas pelo projeto +PRO (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming), alguns diplomados narraram dificuldade em encontrar emprego na sua área de formação, e a opção de trabalhar fora da área de formação, muitas vezes em profissões que não são do seu agrado para evitar o desemprego.

“Não me sinto feliz. Porque foi um trabalho para ganhar dinheiro, não foi um trabalho para eu gostar do que faço. Futuramente quero trabalhar no que estudei, no que aprendi porque é uma área que eu gosto imenso. Só que agente não pode avançar muito depressa, temos que ir com calma. Obvio que primeiro quero conseguir ganhar dinheiro para ter as minhas coisas, e futuramente depois conseguir alcançar o que ambiciono.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo6

3.4. Recomendações para facilitação dos percursos pós-secundários Estudar e Trabalhar na área de formação

Deste capítulo resultam dois principais desafios para melhorar o sucesso do ESP ao nível dos percursos pós-secundários. Por um lado, a percentagem de diplomados que não conseguem aceder ao percurso pretendido (estudar ou trabalhar na área de formação), e que acabam em percursos que não correspondem às suas intenções e desejos (trabalhar fora da área de formação e NENT). Complementarmente, o tempo que muitos diplomados demoram a conseguir a integração no mercado de trabalho, designadamente na situação de NENT.

As sugestões que se seguem serão alguns dos caminhos para conseguir uma integração no mercado de trabalho e no ensino superior mais rápida e de acordo com as pretensões dos diplomados.

Ro8. Aumentar a flexibilidade e adaptabilidade da oferta formativa para reação rápida aos níveis de empregabilidade e desemprego locais. A maioria das dificuldades reportadas na integração no mercado de trabalho, que resultam quer na permanência por vários meses na situação NENT quer a frequente opção por trabalhar numa área não alinhada com a formação obtida, explicam-se pela aparente inadequação das qualificações ao mercado de trabalho local. Uma estratégia essencial para ultrapassar estes desafios será priorizar a empregabilidade e a valorização profissional na definição da oferta formativa, aumentando o alinhamento com as necessidades do mercado (recomendação Ro5). Contudo, tal pode não ser suficiente, dada a duração dos cursos de ESP (três anos) e as mudanças rápidas e nem sempre previsíveis das necessidades do mercado de trabalho. Assim sendo, é necessário desenhar cursos mais elásticos e adaptáveis às mutações do mercado de trabalho, trabalhando qualificações e *soft skills* que possam ser integradas em vários contextos e que combinem quer as necessidades atuais, quer os desafios estratégicos futuros. Por outro lado, o próprio curso deve ter capacidade de evoluir ao longo dos três anos, reinventando-se, sempre que necessário, para melhor corresponder às novas necessidades do mercado. O ESP está numa situação privilegiada de contacto direto e regular com o mercado de trabalho, designadamente através dos estágios curriculares, o que permite auscultar as oportunidades de mercado e detetar os estrangulamentos geradores de desemprego. Faltarão os mecanismos que facilitem o redesenho da estratégia educativa e a reação rápida ao mercado.

A flexibilidade da formação pode também ser conseguida intensificando e generalizando a colaboração das empresas na sala de aula. Se empresas e potenciais empregadores colocarem desafios às turmas do ESP e participarem mais ativamente no desenho de atividades e definição de prioridades no ensino-aprendizagem, é mais provável que a preparação dos estudantes se molde às necessidades mais prementes do mercado de trabalho, integrando as alterações que se estejam a registar, e tornado os diplomados mais versáteis e atualizados.

As competências transferíveis (tema do próximo capítulo) também ajudarão não só a

conseguir emprego noutras áreas, mas em especial na adaptação à mutabilidade do mercado de trabalho.

R09. Facilitar a experiência profissional durante o ESP para os estudantes que tenham como prioridade a integração do mercado de trabalho. Fica demonstrado nestas páginas que um dos fatores que explica a integração no mercado de trabalho na área de formação é a experiência profissional prévia dos diplomados, especialmente se na mesma área do curso. Assim sendo, seria uma mais-valia para os estudantes terem possibilidades acrescidas de exercer atividade profissional durante o curso, se assim o pretendessem.

O ESP pode promover e facilitar o início da atividade profissional de várias formas. Em primeiro lugar, poderá reforçar e valorizar os estágios curriculares, para que sejam experiências relevantes e facilitadoras da entrada no mercado de trabalho. Os estágios curriculares poderão ser faseados, permitindo que em todos os anos do curso estejam previstos dias de formação nas empresas. Tal experiência permitiria uma maior ambientação ao contexto laboral, a criação de rede de contactos e contribuir para uma mais fácil integração futura no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, pode promover uma organização de carga horária, em especial no último ano do curso e nos estudantes mais velhos, que torne mais viável a conciliação com experiência profissional. A conciliação dos estudos com trabalho pode ser facilitada com horários escolares que permitam a atividade profissional, por exemplo deixando livres dias da semana ou meios-dias nos dias úteis – conforme seja mais adaptável ao tipo de qualificação profissional em causa. Podem também ser promovidas iniciativas de empreendedorismo ou de voluntariado que permitam aplicar as qualificações desenvolvidas no curso, e que enriqueçam a experiência profissional dos estudantes.

R10. Aumentar as iniciativas de preparação para procura de emprego e de aproximação dos finalistas do ESP ao mercado de trabalho. As escolas têm um papel importantíssimo na capacitação dos estudantes para a procura de emprego, designadamente o apoio à escrita de CV e preparação de entrevistas de emprego. Essas iniciativas poderão ser reforçadas especialmente em contextos que se antecipem maiores dificuldades na integração no mercado de trabalho.

Outras iniciativas poderão ser pensadas como parte da estratégia de comunicação e de colaboração com o mercado de trabalho, em particular feiras de emprego e mostras de aprendizagem do ESP. Esse tipo de atividades ajudará a criar redes de contactos, além de promover os finalistas entre potenciais empregadores.

A aproximação de estudantes e alumni a empresas é um dos meios para reforçar a rede entre estudantes, diplomados e o mercado de trabalho. Para lá dos testemunhos e partilha de experiências, poderão ser explorados programas de mentoria, estreitando laços entre estudantes do primeiro e do segundo ano do ESP, e programas de tutoria com o apoio de elementos das empresas, designadamente onde realizam estágios

curriculares, que possam acompanhar os estudantes de uma forma mais continuada. Também a possibilidade de interação com parceiros internacionais e partilha de experiências através do programa Erasmus Plus poderá ajudar a motivar a abrir horizontes dos estudantes do ESP.

R11. Requalificar estudantes e diplomados para áreas emergentes através de sistemas de microcredenciais. O desenvolvimento de mecanismos de requalificação de estudantes e diplomados para áreas emergentes no mercado de trabalho, em especial no mercado local, deve ser desenvolvida quer para melhor adequar os estudantes às dinâmicas do mercado de trabalho, quer para manter os diplomados do ESP atualizados e competitivos. Sistemas de microcredenciais, e outros, que complementem a formação do ESP e que permitam a atualização dos diplomados devem fazer parte das estratégias do ESP em articulação com o mercado de trabalho.

A utilização de microcredenciais durante o ESP permitiria aos estudantes uma maior especialização ou diversificação de competências, e uma maior adequação a determinadas profissões ou setores de atividade que sejam da sua preferência. Para os diplomados, as microcredenciais facilitam a formação ao longo da vida. Em ambos os casos, esta estratégia valoriza os profissionais, capacitando-os para a obtenção de empregos mais qualificados nas suas áreas de estudo. O envolvimento do ESP, em colaboração com o mercado de trabalho, facilitaria a adaptabilidade do próprio sistema de ensino, e um apoio mais continuado e versátil aos seus estudantes e diplomados.

R12. Desenvolver melhorias de equidade para diplomados residentes em regiões de baixa densidade populacional ou de condições socioeconómicas mais frágeis. A natureza “determinística” de algumas variáveis que se destacam na caracterização dos percursos pós-secundários são deveras preocupantes. A este nível, só as políticas públicas e sociais poderão repor alguma equidade – seja por acesso a empregos qualificados, apoio à deslocação, ou outras medidas de empregabilidade. O problema de empregabilidade em regiões de baixa densidade é geral, e necessita de medidas urgentes para repor a justiça social e para evitar o esvaziamento desses territórios.

R13. Identificar formas mais ágeis de acesso e integração no ensino superior através da conjugação do estudo com atividade profissional. A modalidade trabalhador-estudante é descrita nestas páginas como uma solução importante para permitir o acesso ao ensino superior de diplomados que pretendem continuar a estudar após a conclusão do ESP mas que não têm condições socioeconómicas para o suportar. Muitos salientam que os apoios sociais não são adequados às suas situações familiares ou ambições pessoais. Seria importante para estes diplomados que pretendem continuar os estudos a existência de mecanismos que facilitassem a articulação de trabalho e estudo, por exemplo ao nível de horários, e da valorização do seu esforço e investimento académico.

O atual estatuto do trabalhador-estudante é insuficiente para ajudar estes diplomados a concretizar os seus planos académicos, e a abertura do mercado de trabalho para apoiar os trabalhadores-estudantes é casuística e muito variável. Uma discussão alargada da valorização da combinação dos percursos poderá ajudar a uma maior valorização dos diplomados e à disponibilização de condições mais favoráveis à sua efetiva integração e sucesso no ensino superior.

Aspetos de financiamento, por exemplo comparticipação de despesas de deslocação e alojamento, poderão vir a ser equacionadas. Em alternativa, o fomento de modalidades como ensino a distância, formação por módulos, MOOC, e outras modalidades de teletrabalho poderão dar um especial contributo para a igualdade de oportunidades dos diplomados.

4. COMPETÊNCIAS TRANSFERÍVEIS DESENVOLVIDAS PELO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

Por definição, o ensino e formação profissional tem como foco o desenvolvimento de conhecimentos e competências necessárias para o desempenho de atividades profissionais (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2014; Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019).

“Ensino e formação profissional (EFP): ensino e formação que tem como objetivo dotar as pessoas de conhecimentos teóricos e práticos, capacidades e/ou competências exigidos por profissões específicas ou pelo mercado de trabalho.”

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) (2014, p. 292)

Esses conhecimentos e competências têm uma natureza quer específica (i.e., relacionada com uma atividade profissional particular) quer geral (i.e., necessária ao desempenho profissional em geral). Nesse contexto, competências transferíveis (também designadas por competências transversais ou soft skills) são competências gerais, adquiridas a partir de formação e experiência profissional, que podem ser utilizadas em diversos contextos de trabalho, profissões e setores económicos (European Commission, 2022b).

As competências transferíveis são reconhecidas como essenciais para o sucesso profissional dos indivíduos e para o desenvolvimento e crescimento económico (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019). Sendo gerais, estas competências são necessárias ao bom desempenho profissional independentemente da profissão exercida pelo indivíduo e do contexto do exercício profissional (e.g., empresa, setor).

“The new sets of skills required to thrive in the workplace and in modern societies are transversal skills such as complex problem solving, critical thinking, teamwork, resilience and adaptability, which demand teachers of high caliber.”

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019, p. 20)

A análise das necessidades de competências do mercado de trabalho em constante mudança (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2014) e o desenvolvimento das correspondentes competências técnicas e profissionais adaptadas a diferentes contexto de trabalho (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019) são prioritárias para as políticas públicas, designadamente na Europa. Demonstrando o compromisso com o desenvolvimento de competências, a Comissão Europeia definiu 2023 como o ano europeu das competências (European Commission, 2022a).

“Having the relevant skills empowers people to successfully navigate labour market changes and to fully engage in society and democracy. This will ensure that nobody is left behind and the economic recovery as well as the green and digital transitions are socially fair and just. A workforce with the skills that are in demand also contributes to sustainable growth, leads to more innovation and improves companies' competitiveness.”

European Commission (2022a)

Ainda do ponto de vista das políticas públicas, as competências transferíveis têm a vantagem adicional de aumentar a adaptabilidade da força de trabalho em mercados de trabalho em rápida mudança. De facto, ao deterem fortes competências transferíveis, os profissionais conseguem não só corresponder aos desafios das suas profissões e das empresas onde trabalham, como também reagir melhor às alterações do mercado de trabalho. As competências transferíveis são consideradas fulcrais para evitar desemprego de longo prazo e para facilitar a redistribuição da força de trabalho entre setores estagnados e setores emergentes (Gekara & Snell, 2018).

De uma forma geral, a importância da aquisição de competências transferíveis é reconhecida por estudantes e diplomados do ensino e formação profissional, que as relacionam com o desempenho profissional (Aryani et al., 2021) e a eficácia na transição do ensino para o mercado de trabalho (Aryani et al., 2021; Winch, 2013).

Apesar do reconhecimento unânime da importância das competências transferíveis, são contínuos os indícios de que o desenvolvimento de competências básicas pelo ensino e formação profissional é insuficiente para garantir a adaptabilidade às mudanças do mercado de trabalho (Wicht et al., 2019), gerando desvantagens de longo prazo para os seus diplomados.

4.1. Competências transferíveis geralmente identificadas nos diplomados do ESP

Uma das atividades realizadas pelo projeto +PRO foi a análise das competências transferíveis associadas ao ESP. Para tal, começou-se por fazer um levantamento das competências transferíveis identificadas na literatura.

De um total de 825 documentos inicialmente identificados (455 relatórios, 357 artigos em revistas científicas, 35 de outras revistas, 23 livros, 12 publicações de conferências científicas, 6 teses, 6 publicações eletrónicas, e 4 publicações especializadas), foram analisados com particular detalhe 14 artigos científicos publicados entre 2005 e 2021 que exploram o

desenvolvimento de competências transferíveis ao nível do ESP (ISCED nível 4) demonstradas após entrada no mercado de trabalho. Esses artigos englobam as opiniões de estudantes, diplomados, professores e empregadores. As 54 competências transferíveis estudadas por esses artigos foram agrupadas segundo a classificação da ESCO (Comissão Europeia, 2022).

Verificou-se que as competências transferíveis mais estudadas ao nível do ESP são comunicação, colaboração e criatividade (communication, collaboration and creativity, n=11), demonstrar disponibilidade para aprender (willingness to learn, n=5), trabalhar eficazmente (work independently, n=8), trabalhar em equipa (working with others, n=11), resolver problemas (solving problems, n=5), tecnologias de informação e comunicação (information and communication technologies, n=5), e trabalhar com computadores (working with computers, n=5).

De uma forma geral, a literatura demonstra que o sucesso dos diplomados do ESP no mercado de trabalho depende do domínio de um conjunto alargado de competências transferíveis. Contudo, empregadores têm visões diferentes sobre quais as competências transferíveis mais relevantes para o sucesso dos diplomados do ESP, em comparação com os demais intervenientes. Enquanto os estudantes, diplomados e professores salientam competências relativas a comunicação, colaboração e criatividade, trabalho em equipa, desenvolvimento de estratégias e objetivos, e trabalho independente, para os empregadores as competências mais importantes são relativas a atitudes e valores (Tabela 5), designadamente disponibilidade para aprender, seguir códigos de conduta ética, honrar compromissos, adaptar-se à mudança, trabalhar de forma independente, e demonstrar curiosidade. A diferença de perspetivas entre empregadores e outros intervenientes é destacada por vários estudos (e.g., Baqadir et al., 2011; Taylor, 2005), sempre salientando a natureza prioritária das atitudes e valores para os empregadores.

Pilares ESCO	Estudantes / Diplomados N (%)	Professores N (%)	Empregadores N (%)
A – Atitudes e valores	10 (28,6)	1 (16,7)	9 (39,1)
K - Conhecimento	-	-	2 (8,7)
S - Competências	14 (40,0)	5 (83,3)	7 (30,4)
Competências transversais	4 (11,4)	-	1 (4,4)
Sem correspondência	2 (5,7)	-	
Combinação de competências transferíveis	5 (14,3)	-	4 (17,4)

Tabela 5 Competências transferíveis identificadas na literatura

Nota: Análise feita com base nos 14 artigos científicos identificados na literatura publicada até 2021 sobre o desenvolvimento de competências transferíveis no ESP.

4.2. Evidência dos Diplomados do ESP Português

Diplomados, professores e empregadores do ESP que participaram no estudo qualitativo conduzido pelo +PRO (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming) confirmaram que as competências transferíveis adquiridas pelos diplomados do ESP são essenciais ao seu sucesso no mercado de trabalho. Em linha com o identificado na literatura, os empregadores salientaram em especial aspetos atitudinais. Já os estudantes e diplomados demonstraram estar cientes da capacidade de adaptação e de aprendizagem para fazer face aos desafios enfrentados pelas empresas.

“Da experiência que eu tive, as empresas valorizam conhecimento técnico, experiência, mas também outras competências. Capacidade de adaptação, de aprendizagem, de comunicação, de trabalho autónomo... tudo isso.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT12

“Para o sucesso... Motivação, interesse, vontade de aprender e de estar atualizado, responsabilidade, saber estar no sentido de uma atitude proativa, de saber trabalhar em equipa, respeito... Na nossa empresa tudo isso é valorizado.”

Empregador Empo2

Diplomados e empregadores apresentaram argumentos bastante semelhantes, destacando sempre conjunto alargado de competências transferíveis que, defendem, são essenciais para complementar os conhecimentos técnicos e garantir o bom desempenho profissional e o sucesso das empresas.

Já os estudantes e professores demonstraram a mesma convicção de que as competências transferíveis são fundamentais para o sucesso profissional, ainda que destacando, por norma, um conjunto mais reduzido de competências. Os professores do ESP confirmaram a aposta que é feita no desenvolvimento das competências transferíveis ao longo dos três anos de ensino, sempre tendo em vista a capacitação dos futuros profissionais para serem bem-sucedidos e contribuírem para o sucesso entidades para onde forem trabalhar.

“Cada vez mais as empresas pedem características muito básicas, que seja educado, que seja pontual, que seja respeitador [das] regras da própria empresa.”

Professor do ESP Psec14

“Mais do que as competências técnicas, porque as competências técnicas facilmente se adquirem até no contexto de trabalho, são as soft skills - e são coisas muito básicas que é a assiduidade, pontualidade, o respeito, a parceria, a entreaajuda... São estas características que fazem com que o aluno tenha um bom desempenho em contexto de escola e tenha um excelente desempenho e uma excelente avaliação e feedback em contexto empresa... e que facilmente ingresse no mercado de trabalho.”

Professor do ESP Psec14

Apesar de ter sido reconhecido que a aquisição de competências transferíveis é muito variável, dada a heterogeneidade das dos estudantes desta tipologia de ensino, os participantes apontaram a aquisição de competências transferíveis como um indicador do sucesso deste tipo de ensino, e uma mais-valia comparativamente aos estudantes de cursos científico-humanísticos.

“O[s estudantes do] ensino regular, quando [são] posto[s] à prova, eu não sinto que estejam tão preparados quanto nós. Não são tão... Cada probleminha... Aparece qualquer coisa e é um problema gigante! Enquanto, num profissional, olha, aconteceu aquilo... ‘bora! Já está resolvido! Eu acho que isso é uma boa diferença!”

Estudante do ESP Esecoz

O estudo quantitativo realizado pelo projeto +PRO com 500 diplomados do ESP (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) verificou que, de uma forma geral, os diplomados reconhecem o desenvolvimento das 17 competências transferíveis consideradas no estudo (Tabela 6).

Competências transferíveis	Desenvolvimento mínimo %	Desenvolvimento máximo %
Honestidade / ética de trabalho	20,8	55,8
Pontualidade	19,0	55,4
Motivação / automotivação	22,4	51,2
Trabalho em equipa	24,2	51,0
Autonomia	20,2	50,8
Tomar iniciativa	18,6	50,2
Resolução de problemas	22,2	48,8
Criatividade e inovação	21,0	48,6
Gestão de tempo	25,4	44,0
Aplicação de conhecimentos básicos de matemática / conhecimentos lógico-matemáticos	30,0	43,4
Grau de responsabilidade pelas suas realizações	27,2	42,0
Grau de responsabilidade pelas realizações de terceiros	29,2	40,6

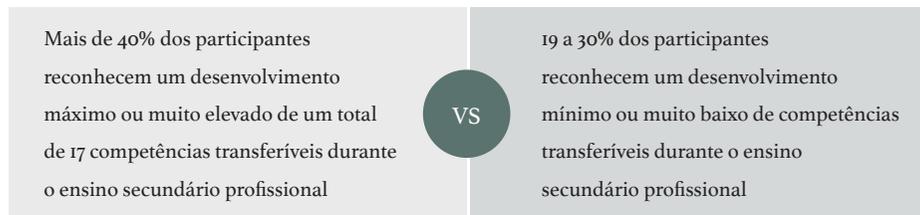
Tabela 6 Percentagem de diplomados que consideram ter desenvolvimento máximo e desenvolvimento mínimo de competências transferíveis durante o ESP

Nota: os respondentes avaliaram a aquisição de cada uma das competências durante o ESP de 1-Mínimo a 5-Máximo. Considera-se “desenvolvimento máximo” as respostas com pontuação 4 e 5 e desenvolvimento mínimo as respostas com pontuação 1 e 2. (Adaptado de Barbosa et al., 2020)

Entre as competências transferíveis que os diplomados reconhecem ter desenvolvido menos durante o ESP destacam-se a aplicação de conhecimentos básicos de matemática / conhecimentos lógico-matemáticos, grau de responsabilidade pelas realizações de terceiros, gestão de tempo, e grau de responsabilidade pelas suas realizações. Para estas competências,

entre 25 a 30% dos respondentes reconheceram ter conseguido um desenvolvimento mínimo ou pouco significativo.

Já as competências transferíveis que os diplomados reconhecem ter desenvolvido mais durante o ESP são: honestidade / ética de trabalho, pontualidade, motivação / automotivação, trabalho em equipa, autonomia, e, tomar iniciativa. De notar que mais de metade dos diplomados participantes no estudo consideram ter atingido um desenvolvimento máximo ou muito significativo destas seis competências transferíveis durante o ESP.



Naturalmente, estes resultados permitem várias leituras. Mais de 40% dos participantes reconhecem um desenvolvimento máximo ou muito elevado de um total de 17 competências transferíveis. Pese embora tratar-se da opinião dos diplomados, e não de uma avaliação efetiva das competências detidas, tal pode ser considerado um sinal claro de sucesso do ESP, em especial tendo em conta a relevância deste tipo de competências que foi demonstrada nesta secção. Contudo, entre 19 e 30% dos participantes tiveram um desenvolvimento mínimo ou muito baixo destas mesmas competências. Considerando que todas elas são básicas e essenciais para o desempenho profissional, independentemente do contexto ou profissão, é de considerar também um sinal de alarme, em especial tendo em conta o papel de inclusão social também inerente ao ESP.

Os resultados do estudo indiciam diferenças entre os diplomados consoante o percurso pós-secundário. Verificou-se que o desenvolvimento de competências transferíveis é significativamente maior entre os diplomados que foram trabalhar imediatamente após a conclusão do curso do que entre os que continuaram estudos no ensino superior. As competências transferíveis desenvolvidas por aqueles que, logo após conclusão do curso, não foram nem estudar nem trabalhar são significativamente menores do que as dos diplomados dos restantes percursos (estudar, trabalhar na área, e trabalhar noutra área). Assim, conclui-se que os diplomados que seguem para o mercado de trabalho (para funções na área de formação ou noutra) são os que, em média, adquirem mais competências transferíveis durante o ESP.



Os diplomados que seguem para o mercado de trabalho (para funções na área de formação ou noutra) são os que, em média, adquirem mais competências transferíveis durante o ensino secundário profissional.

Adicionalmente, constatou-se que os diplomados que consideram ter adquirido mais competências transferíveis durante o ESP são aqueles que estão mais satisfeitos com o curso (correlação positiva forte). Este resultado é coerente com a unânime importância reconhecida pelos intervenientes ao desenvolvimento de competências transferíveis, que se configuram como um tema fundamental para a estratégia e avaliação do ESP.

O estudo quantitativo realizado pelo projeto +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) demonstrou que os diplomados que consideram ter desenvolvido mais competências transferíveis durante o ESP são os que estão mais satisfeitos com o curso. Tal demonstra a importância que os diplomados dão a este tipo de competências.

4.3. Recomendações relativas ao desenvolvimento de competências transferíveis no ESP

Na análise feita sobre o ESP em Portugal fica patente que as competências transferíveis são valorizadas quer pelo mercado de trabalho quer pelos próprios estudantes e diplomados. No geral, foram confirmadas as indicações inequívocas da literatura sobre o contributo deste desenvolvimento de competências para o indivíduo e a economia, ao tornar os diplomados mais capazes de fazer face aos desafios colocados às empresas, resultando em melhorias de empregabilidade, produtividade, e sucesso económico. Por outro lado, ao desenvolver competências transferíveis, o ESP dota os diplomados de competências que são valorizadas e procuradas num conjunto amplo de profissões e setores de atividade, facilitando a mobilidade e a adaptação às mudanças no mercado de trabalho (e.g., desemprego, setores emergentes).

Os resultados apresentados sugerem, também, desafios e implicações para políticas públicas. Entre as recomendações relativas ao desenvolvimento deste tipo de competências pelo ESP destacam-se as seguintes.

R14. Desenvolver as competências transferíveis adequadas aos desafios atuais e futuros. Os desenvolvimentos tecnológicos mudaram drasticamente as necessidades de competências transferíveis por parte do mercado de trabalho (Kis & Windisch, 2018). E estas necessidades não estão a ser devidamente supridas. Apesar dos progressos nos anos recentes, a Comissão Europeia estima que 40% dos adultos e 33% dos trabalhadores na Europa têm falta de competências digitais básicas (European Commission, 2022a). Consequentemente, o principal desafio do ensino e formação profissional é a preparação dos jovens para a transição digital e da sustentabilidade (European Commission, 2020). As competências transferíveis nestes domínios são essenciais para aumentar a resiliência e garantir a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Outras competências transferíveis críticas para lidar com os desafios futuros são o pensamento crítico, a criatividade aplicada à resolução de problemas, a empatia, e a adaptação à mudança em ambientes complexos (European Commission, 2020). Assim, é necessária uma discussão ampla

sobre quais as competências transferíveis a desenvolver pelo ESP, em complemento àquelas que são desenvolvidas em contextos informais de aprendizagem e de contacto com as empresas.

De salientar que o Sistema de Antecipação de Necessidades e Qualificações (SANQ) é reconhecido internacionalmente como um exemplo de boas práticas (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019), designadamente por fomentar a participação de trabalhadores e empregadores, entre outros, para colaborativamente identificarem necessidades do mercado de trabalho e guiarem o planeamento do sistema de educação e formação profissional. Esta colaboração entre os vários intervenientes e interessados no desenvolvimento de competências transferíveis será essencial para a definição de prioridades e escolha das estratégias de integração das competências transferíveis nos programas do ESP.

R15. Melhorar os mecanismos de avaliação das competências transferíveis.

As competências transferíveis são especialmente difíceis de medir. Contudo, a aquisição destas competências durante o ESP deve ser avaliada, considerando que são cada vez mais essenciais ao desempenho e sucesso dos diplomados. Por exemplo, competências transversais relacionadas com atitudes são cruciais em muitas profissões mas habitualmente negligenciadas nas avaliações dos estudantes (Kis & Windisch, 2018).

As classificações dos estudantes refletem, em parte, o seu desempenho em algumas competências transferíveis (e.g., pontualidade, trabalho em equipa), seja na sala de aula seja nos locais de acolhimento dos estágios curriculares. Contudo, uma verdadeira aposta no desenvolvimento de competências transferíveis exige uma avaliação mais específica e detalhada deste tipo de competências.

Um mecanismo eficaz de avaliação é essencial para garantir o alinhamento do desenvolvimento de competências transferíveis com as necessidades do mercado, e para a definição e monitorização de políticas públicas.

Tal avaliação permitiria também uma maior transparência e troca de informação sobre qualificações e competências entre escola, estudantes, diplomados, empregadores, e a sociedade em geral. Esta troca de informação é essencial para aumentar a colaboração e fomentar o desenvolvimento e aplicação das competências (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019).

Um dos caminhos para a avaliação mais precisa e a partilha de informação sobre competências transferíveis desenvolvidas pelos estudantes do ESP é a certificação de competências através de microcredenciais (European Commission, 2020; Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019), já que permitem a validação, arquivo e partilha de certificação de determinadas competências, designadamente as que sejam obtidas em contextos de ensino.

R16. Definir metas para competências transferíveis. Um compromisso com o desenvolvimento de competências transferíveis pede também a definição de metas. Por exemplo, na investigação realizada verificou-se que mais de metade dos participantes consideram ter desenvolvido de forma muito relevante seis de um total de dezassete competências consideradas. A interpretação deste resultado como razoável ou abaixo do desejável, por exemplo, é discutível – e merece ser discutida.

A definição de objetivos para um período temporal é essencial para mobilizar os vários intervenientes (e.g., estudantes, professores) e para apoiar uma estratégia de gradual melhoria da eficácia do ESP no desenvolvimento deste tipo de competências nos seus estudantes. A definição de metas fomenta uma maior colaboração entre os intervenientes, e ajuda também a melhorar a imagem pública do ESP.

R17. Capacitar os professores e adaptar metodologias de ensino para desenvolvimento de competências transferíveis. Ficou evidente na investigação realizada que o fomento de várias competências transferíveis resulta da iniciativa individual e da experiência dos professores, e vai muitas vezes além do programa de formação. Uma clara aposta no desenvolvimento deste tipo de competências carece da sua integração no plano de ensino e da preparação e motivação dos professores para este papel adicional.

A título de exemplo, a Comissão Europeia (2020) alerta para a necessidade de escolas e professores estarem preparados para as melhorias de competências digitais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2019) sugere que seja proporcionada formação em competências básicas a todos os estudantes tais como as competências digitais, resolução de problemas e criatividade. Para tal, é necessário primeiro munir os professores de técnicas e ferramentas que os ajudem a desempenhar eficazmente este papel.

É também necessário analisar se as metodologias de ensino promovem o efetivo desenvolvimento de competências transferíveis (Gekara & Snell, 2018), ou se são possíveis melhorias para que a formação durante o ESP abranja um número alargado de competências e maximize a aprendizagem dos estudantes.

5. IMAGEM DO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

Imagem é a representação mental e interpretação sobre algo, resumindo o significado simbólico e o entendimento sobre o seu objeto. Assim, Forrester (2012, p. 3) define imagem pública como “um conceito ou representação criada na mente do público sobre uma determinada pessoa, instituição ou produto”.

A imagem é, habitualmente, uma simplificação que nos permite sintetizar o nosso entendimento sobre algo, sendo influenciada não apenas pelas experiências dos indivíduos mas também por processos sociais e pela envolvente cultural (Forrester, 2012).

“We seek out information, about each other and the world about us, which appears consistent and enduring. We want to read such information as naturally ‘basic’, information about the characteristic or ‘essential nature’ of people and things.”

Forrester (2012, pp. 10-11)

A imagem sobre algo é frequentemente usada quando o indivíduo tem de fazer julgamentos, comparações ou tomar decisões com base em informação complexa, contraditória, incompleta, ou demasiado extensa (Poiesz, 1989), designadamente quando não está motivado para analisar em detalhe a informação disponível. Aliás, a construção da imagem não depende de um conhecimento completo ou factual de algo. Por exemplo, alguém sem qualquer contacto direto ou experiência com o ESP pode deter uma imagem bastante definida desta tipologia de ensino. Por outro lado, a imagem consiste quer em impressões gerais quer em avaliações muito elaboradas (Poiesz, 1989). Em ambos os casos, a imagem condicionará os comportamentos dos indivíduos de forma consistente e duradoura.

A imagem do ESP desempenha um papel estratégico para o seu sucesso, designadamente porque a imagem e a comparação com outras tipologias de ensino são determinantes essenciais da atratividade do ensino e formação profissional (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2014).

5.1. Evidências recentes da imagem do ESP

Há um reconhecimento geral de que o ensino e formação profissional tem um défice de imagem e pouca notoriedade social (Abrassart & Wolter, 2020; Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2017; Dalley-Trim et al., 2008; Pantea, 2020). Apesar da forte ligação com o mercado de trabalho e de mais rápida empregabilidade, o ensino e formação profissional tende a ter uma imagem menos positiva do que o ensino regular, mesmo entre diplomados desta tipologia de ensino (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), 2017).

Most EU citizens agree that ‘general education has a more positive image than vocational education’ in their country. This particularly applies to respondents who went into general education themselves (82% agree). However, those who participated in vocational education are also likely to agree with the statement (71%).

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) (2017, pp. 11-12)

When thinking about upper secondary education, most [EU citizens] say that people who complete vocational education are more likely to find a job than those who complete general education (59%).

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) (2017, p. 12)

Aliás, é dominante na Europa a ideia de que os estudantes com piores notas são direcionados para o ensino profissional e de que é mais fácil obter uma qualificação no ensino profissional do que no regular (European Commission, 2016). Ou seja, apesar da evolução que o ESP tem registado, e da capacidade de atrair vários perfis de alunos, a sua imagem continua dominada pela sua tradicional orientação para a inclusão social.

Na série de entrevistas realizadas no âmbito do projeto +PRO (Barbosa, Melo, et al., Forthcoming), tendência do próprio sistema escolar para encaminhar para o ensino profissional os estudantes com mais dificuldades académicas (Pantea, 2020) não foi negada pelos entrevistados do projeto +PRO.

“O ensino profissional é rotulado muito pela questão [social], são os [estudantes] que têm menos posses, os menos dotados de capacidades intelectuais que vão para o ensino profissional, porque é mais fácil, porque dão mais ajudas.”

Empregador Emp10

Aliás, a incoerência entre o valor da ligação ao mercado de trabalho e a falta de prestígio social do ESP (Abrassart & Wolter, 2020) gera desconforto nos estudantes e confusão nos potenciais candidatos, afastando-os dessa tipologia de ensino.

“É aquilo que eu sinto e é o que nós ouvimos no nosso trajeto: ‘ai, tu foste para o profissional porque é para burros, tu não te esforças, não tens de fazer nada!’ (...) Muita gente que eu conheço, eu tenho perfeita noção que não foi para o [ensino secundário] profissional por vergonha.”

Estudante do ESP ESeco2

A aparente falta de prestígio social do ensino profissional tem um impacto ainda mais marcante nos pais (Pantea, 2020), que frequentemente desaconselham e impedem a escolha do ESP. Estas reações dos pais podem dever-se, segundo os entrevistados, quer à tentativa de proteção dos filhos, quer à falta de conhecimento do ESP.

Nós alunos podemos saber que um curso profissional não é aquilo que dizem, mas por exemplo, os nossos pais já não sabem isso, então acabam por, se calhar, nos dizer ‘não optes por isto, opta por um curso normal de ciências ou humanidades’. E, então, pela imagem que mal transmitida, mal transmitida não, mal interpretada, acabam os pais por, se calhar, aconselharem os filhos a fazer outra coisa e não ir para um curso profissional.”

Diplomado do ESP que seguiu para o ensino superior ESUp17

De uma forma geral, a imagem menos positiva do ESP é apontada como sendo injusta, irrealista, e muitas vezes difundida sem um conhecimento efetivo deste contexto.

“A imagem do ensino profissional não corresponde à realidade...”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo1

Naturalmente, os estudantes e diplomados do ESP têm um papel importante na correção da imagem irrealista. E é interessante verificar que, apesar da literatura apontar para

os pais como aqueles que detêm uma imagem menos positiva do ensino profissional, o estudo quantitativo conduzido pelo projeto +PRO (Barbosa, Benedicto, et al., Forthcoming) verificou que a maioria (51,8%) dos diplomados que participaram no estudo concorda que o ESP tem uma boa imagem entre as pessoas que lhe são mais próximas, designadamente familiares e amigos. A percentagem dos diplomados que considera que as pessoas em geral (49,4%) e os empregadores (44,6%) detêm uma imagem positiva do ESP é ligeiramente menor. A imagem do ESP percebida nos empregadores é menor entre os diplomados de territórios com menor densidade populacional.

Esta perceção sobre a imagem do ESP detida pelos outros mostrou-se semelhante para diplomados que seguiram diferentes percursos no pós-secundário, ou seja, independentemente de os diplomados terem ou não ido estudar, trabalhar na área de curso, ou noutra área. No entanto, a perceção de boa imagem do ESP mostrou-se mais comum entre diplomados residentes em regiões com maior densidade populacional.

Os diplomados notaram que a imagem pública do ESP afeta negativamente a sua entrada no mercado de trabalho e os percursos do pós-secundário, comparativamente aos diplomados de cursos científico-humanísticos.

“As primeiras entrevistas que eu fiz... Foi o estigma de ser do ensino profissional. Por mais que eu correspondesse aos requisitos que propunham [não conseguia o emprego]...”

Diplomado que seguiu para o ensino superior ESUp03

Tal condiciona o tipo de emprego que conseguem, e até pode influenciar a continuação dos estudos para o ensino superior, como forma de validação do seu mérito académico e profissional.

5.2. Melhoria da imagem do ESP

Professores e diplomados deste tipo de ensino entrevistados pelo projeto +PRO salientaram que a imagem do ESP, não sendo realista, está gradualmente a melhorar. A melhoria deve-se, em grande medida, ao reconhecimento da sociedade em geral sobre a aquisição de competências e o sucesso profissional que diplomados do ESP têm no mercado de trabalho.

“Antigamente o ensino profissional era para os coitadinhos, era visto assim, agora não. Até porque há áreas com muita saída profissional e eu conheço gente que tem muito sucesso e só tem o ensino profissional.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdTo8

Contudo, é necessária uma estratégia de divulgação que demonstre o valor do ESP e corrija os preconceitos ainda vigentes. Para tal, estudantes, diplomados e professores sugeriram, em primeiro lugar, que sejam divulgadas as características e funcionamento do ESP.

“As escolas [deveriam divulgar] muito mais aquilo que é feito nos cursos profissionais. Acho que ninguém tem noção, realmente, daquilo que faz um curso profissional.”

Estudante do ESP ESec 02

“A partir do momento em que promoverem corretamente, para a comunidade em geral, qual é o objetivo e como é que funciona, quais são os resultados deste tipo de ensino, eu acho que não devemos temer por esta tipologia.”

Professor de Cursos CTESP Psupo8

A partilha de casos de sucesso, quer no mercado de trabalho quer no ensino superior, será essencial para corrigir a imagem do ESP, tranquilizar os pais, e atrair estudantes de diversos perfis.

“Se estamos a conseguir colocar pessoas no ensino superior, que já vão com uma vantagem em relação aos outros, ótimo. Porque se estávamos a falar no início das desigualdades, e se à partida a imagem que existe é que um aluno de um curso profissional tem menores capacidades do que os outros, estamos a conseguir nivelar, de alguma forma.”

Empregador Empo9

“Divulgar os inúmeros casos de sucesso no mercado de trabalho, na progressão de carreira, etc... Isso sim valoriza. Realçar que o ensino profissional é um ensino com saída e com futuro!”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT11

Em particular, demonstrar não só o nível de empregabilidade dos diplomados, mas também o sucesso profissional que atingem, designadamente a nível remuneratório.

“É uma questão de tempo, é uma questão de publicitação, para as pessoas começarem a perceber que quem vem para estas áreas, para este tipo de cursos, consegue atingir uma remuneração que é superior à de quem vai para uma licenciatura. (...) E esta tomada de consciência do que são os salários pagos nestas áreas [é] muito importante para mudar mentalidades.”

Professor de Cursos CTESP Psup16

Para lá da divulgação que informe e esclareça a opinião pública, é recomendável, também, a resolução de eventuais problemas que estão na origem da falta de reconhecimento do ESP. Um aspeto destacado foi a necessidade melhorar a qualidade do ensino e de erradicar a imagem de facilitismo, que mina a confiança dos empregadores no ESP. Os pontos de contacto com a definição da oferta formativa e o desenho dos cursos são evidentes.

“Exigir mais. Exigir mais dos alunos, dos professores, e das próprias escolas para com as empresas... Exigir mais. não passar essa ideia como me passaram que “vai para o profissional que é mais fácil. (...) Selecionar melhor os próprios alunos”, não. Não é mais ou menos fácil, é diferente, é prático, é um futuro diferente.”

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT15

“Há cursos que os alunos não fazem nada e os cursos não servem de nada...”

Estudante do ESP ESect3

"Eu acho que o [ensino] profissional tem uma boa imagem dependendo das áreas e das pessoas. Nas áreas em que há muito emprego, as empresas valorizam e o [estudante do ensino] profissional é bem visto."

Diplomado do ESP que seguiu para o mercado de trabalho MdT14

5.3. Recomendações para promoção da imagem do ESP

A análise realizada pelo projeto +PRO aponta para a necessidade urgente de corrigir a imagem do ESP em Portugal. De facto, os contributos dos participantes no estudo sugerem que a imagem do ESP ainda frequente na sociedade portuguesa é simplista e desatualizada, ao não valorizar devidamente os benefícios e sucesso desta tipologia de ensino na melhoria das perspetivas profissionais dos estudantes em geral, e ao alimentar preconceitos sobre o perfil dos estudantes e a qualidade das estratégias de ensino-aprendizagem.

Os danos na imagem têm impacto não apenas na popularidade do ESP e na sua capacidade para atrair e motivar estudantes e professores. Na realidade, as fragilidades na imagem têm potenciais impactos nos próprios percursos dos estudantes, penalizando a empregabilidade e diminuindo o bem-estar e envolvimento dos intervenientes.

Sendo evidente a necessidade de melhoria da imagem do ESP, recomenda-se um conjunto de ações ao nível das políticas públicas e da gestão que, por um lado, corrijam ou minimizem as origens de dano na imagem do ESP e, por outro lado, reforcem os aspetos positivos da sua imagem. Adicionalmente, deverão ser consideradas medidas que promovam uma experiência de aprendizagem equitativa para os vários perfis de estudantes que o ESP pode formar.

R18. Clarificar o perfil dos estudantes do ESP. Um dos preconceitos ainda instalados sobre o ESP refere-se ao facto de os estudantes com mais dificuldades de desempenho escolar, e outras, serem encaminhados para este tipo de ensino. Muitas das narrativas partilhadas por estudantes, diplomados e professores são consonantes com esta ideia, que posiciona o ESP como uma solução de recurso para estudantes desmotivados e com dificuldades de aprendizagem – muitas vezes não desejada e imposta às suas famílias. Tendo em conta o impacto que este entendimento tem na imagem geral do ESP, recomenda-se a avaliação dos mecanismos de direcionamento de estudantes para este tipo de ensino, e a implementação de eventuais correções que garantam as escolhas de cada estudante. Seguidamente, esses processos devem ser comunicados de forma transparente a estudantes, família e comunidade em geral.

O facto do ESP ter um perfil de estudantes mais alargado do que aquele que é muitas vezes veiculado pelo público em geral deve ser evidenciado e também incentivado pelas políticas públicas. Aliás, esta capacidade de atrair perfis variados de estudantes é essencial para a sustentabilidade da própria tipologia de ensino. De facto, tal permite ultrapassar inconsistências que perduram na imagem do ESP, reforçar a sua

atratividade, e integrar de forma adequada todos os estudantes que tenham preferência por uma tipologia de estudo mais prática e direcionada para o mercado de trabalho.

A este propósito, é importante frisar que as medidas de inclusão, apesar de essenciais, não poderão ser vistas pelo público em geral como justificadoras da não aquisição de conhecimentos, atitudes, e competências previstas no Quadro Nacional de Qualificações para o ensino de nível IV. A melhoria da imagem do ESP beneficiaria do desenvolvimento de mecanismos de prestação de contas que demonstrem a efetiva capacidade do ESP de proporcionar um ensino eficaz para todos os seus estudantes, tenham eles um histórico de dificuldades de desempenho ou de bons resultados académicos.

R19. Comunicar e ampliar a diversidade de profissões alvo do ESP. Algo que ficou bem patente nos vários estudos realizados pelo projeto +PRO, e já analisado em secções anteriores, é a diversidade de perfis e de ofertas no ESP. Contudo, a imagem do ESP continua alimentada pela ideia de que esta tipologia de ensino tem saídas profissionais modestas e sem prestígio social. Ora, um argumento irrefutável é o sucesso financeiro e social alcançado por diplomados desta tipologia de ensino – em especial em algumas profissões de maior procura e mais valorizadas no mercado de trabalho.

Por outro lado, algumas áreas especialmente técnicas (e.g., engenharias ou saúde) gozam de elevada notoriedade social e têm grande compatibilidade com uma tipologia de ensino aplicada como e o ESP. O público em geral carece de um maior conhecimento sobre o âmbito e diversidade dos cursos de ESP. Uma informação mais completa e representativa do tipo de carreiras que são preparadas no ESP permitirá eliminar interpretações incorretas e, conseqüentemente, melhorar a imagem desta tipologia de ensino.

Por outro lado, e em linha com a reflexão sobre a oferta formativa apresentada em secção anterior, uma aposta no alargamento de cursos de ESP alinhado com as exigências atuais e as necessidades do mercado, por exemplo no âmbito da economia digital, contribuirá não só para apostas de políticas nacionais e europeias de desenvolvimento económico e melhoria do rendimento e bem-estar das populações, como também para a desmistificação das carreiras acessíveis a estudantes do ESP.

R20. Identificar e divulgar símbolos e histórias do ESP. Voltando ao significado de imagem (e.g., representação, interpretação, significado simbólico), a adoção de símbolos (e.g., objetos, eventos, ações ou pessoas) poderá ajudar a alinhar as interpretações e corrigir o conceito do ESP para a população em geral. Nesse sentido, é por demais evidente a necessidade de tornar públicos casos de sucesso e comunicar histórias que demonstrem a real natureza do ESP.

Numa situação como a descrita por intervenientes do ESP (e.g., estudantes e diplomados), em que a imagem detida pelo público é considerada irrealista, símbolos e histórias podem desempenhar um papel estratégico de evidenciar o conceito de ESP. Como salientado antes, a imagem não é detida apenas por pessoas com conhecimento

suficiente ou experiência no seu objeto. Aliás, o que fica evidente nos resultados do projeto +PRO é que aqueles que têm um conhecimento efetivo do ESP (e.g., diplomados, estudantes, professores, empregadores) defendem em geral este sistema de ensino, e demonstram o seu valor. Alguns diplomados não têm sequer dúvida de que o ESP tem vantagens competitivas claras sobre o ensino regular. Mas compreendem que por exemplo os encarregados de educação temam a falta de reconhecimento social deste tipo de ensino.

A comunicação de símbolos e histórias credíveis e realistas do ESP poderá ser estratégica para corrigir estereótipos e para fortalecer a sua imagem. Entre as vantagens adicionais esperadas incluem-se um maior envolvimento dos diplomados e estudantes com o ESP, e a diminuição da incerteza e ansiedade muitas vezes sentida por estudantes e pais.

R21. Facilitar a interação entre diplomados, estudantes, empregadores, e o público em geral. As narrativas e os resultados obtidos pelo projeto +PRO sobre a imagem do ESP apontam, também, para equívocos que resultam da falta de comunicação entre os intervenientes. Sendo a imagem, por definição, uma simplificação da realidade muitas vezes superficial não suportada com informação suficiente, beneficiaria de uma correta comunicação do âmbito e potenciais resultados do ESP. Para tal, a interação por exemplo com empregadores e diplomados será especialmente benéfica para estudantes e potenciais candidatos ao ESP, contribuindo para a sua motivação e para uma interpretação realista da sua exigência e potenciais resultados. Também uma maior abertura à comunidade em geral e o diálogo próximo com o tecido empresarial permitiria um melhor alinhamento de perceções, imagem, e realidade do ESP.

De notar que esta interação pode e deve ser facilitada pelo desenvolvimento de mecanismos que tornem o ESP mais participativo e aberto à comunidade. Por exemplo, os estágios curriculares são um mecanismo essencial para alinhamento de expectativas e uma correta interpretação do ESP por ambas as partes, contribuindo para o sucesso do ensino e da integração dos diplomados no mercado de trabalho. Outros mecanismos (e.g., reporte de resultados, avaliação de desempenho, demonstração de competências, serviço à comunidade, aulas abertas, programa de embaixadores) poderão ser integrados nas práticas e estratégias do ESP.

A interação efetiva e continuada dos vários intervenientes tem o potencial de criar sinergias entre eles, melhorar a eficácia geral do ESP e, claramente, produzir melhorias ao nível da imagem desta tipologia de ensino.

NOTAS FINAIS

A análise feita ao longo deste relatório evidencia vários dilemas vigentes no ESP que importa discutir e resolver:

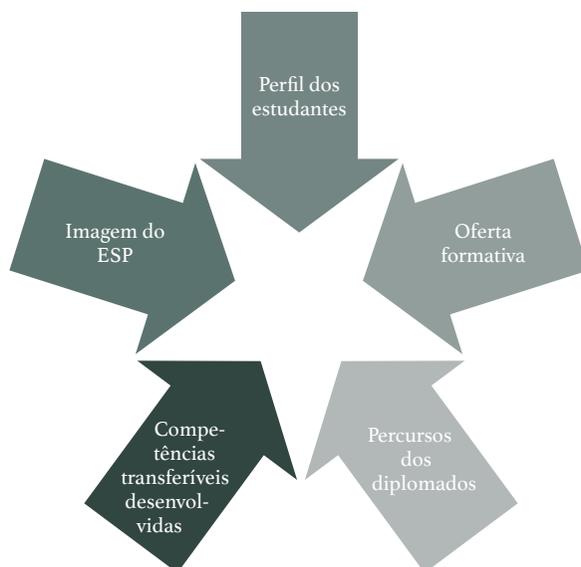
- **Inclusão social vs. competitividade e desenvolvimento económico.** Sendo inquestionável o princípio de inclusão social que norteou o conceito inicial de educação e formação profissional e o seu papel para o bem-estar social e o aumento da equidade. Contudo, tal nem sempre é compatível com o foco nos desafios do mercado de trabalho e no desenvolvimento de qualificações necessárias para corresponder aos desafios presentes e futuros da economia. Sendo clara a orientação do ESP para este duplo objetivo, subsistem inconsistências no desenho da oferta formativa, na articulação com o mercado de trabalho, e nas estratégias gerais do sistema de ensino que limitam a sua eficácia.
- **Acesso ao ensino superior vs. Integração no mercado de trabalho.** Sendo inquestionáveis o duplo trajeto pós-secundário pretendido pelos estudantes do ESP e o princípio de igualdade de oportunidades, a dualidade de percursos pretendidos implica necessidades distintas que não têm sido conciliáveis, inclusive em relação às características dos próprios cursos. A evolução do perfil dos estudantes deve ser considerada com cuidado, quer para defender o interesse daqueles que procuram na via profissionalizante qualificações valorizadas pelo mercado de trabalho, quer questionando aqueles que são atraídos por um acesso facilitado (e talvez facilitista) ao ensino superior.
- **Trabalhar na área de formação vs. Trabalhar noutra área.** Parte da empregabilidade dos diplomados do ESP faz-se em profissões não relacionadas com a sua área de formação. O próprio desenvolvimento de competências transversais, tão valorizado por diplomados e empregadores, não ajuda apenas a enfrentar melhor as exigências do mercado, sendo fundamental para esta capacidade de colocação em áreas profissionais distintas. Contudo, muitos diplomados procuram sem sucesso emprego nas suas áreas de formação, e são vários os sinais de desalinhamento da oferta formativa às necessidades correntes do mercado de trabalho – em especial quando considerados mercados locais e regionais.
- **Público vs. Privado.** Existem diferenças na organização dos subsistemas que geram tensões e desperdício de recursos que seriam facilmente evitáveis, como a definição de regras para complementaridade e não sobreposição das ofertas formativas, e de regras semelhantes ao nível de financiamento e prazos de candidatura.
- **Articulação do ensino profissional secundário vs. superior.** Iniciativas de construção da rede do ensino profissional a nível regional são essenciais para uma boa gestão de recursos, desenho da oferta formativa, complementaridade de iniciativas, e criação de sinergias que beneficiem os estudantes e diplomados. Apesar de serem unanimemente

reconhecidas as vantagens da articulação entre instituições de ensino que ministram cursos profissionais, as iniciativas são por regra esporádicas, e conseqüentemente menos capazes de contribuir para a valorização desta tipologia de ensino e para a maximização de sinergias. O ESP enfrenta enormes desafios ao nível da natalidade

• **Imagem pública vs. Percepções dos estudantes e diplomados.** A imagem geral do ESP é tendencialmente negativa, em especial quando comparada com o ensino regular. A imagem pública do ESP é apontada como irrealista e tem impactos especialmente negativos na empregabilidade e sucesso dos diplomados, além de limitar a atratividade e a própria sustentabilidade do ESP. A correção da imagem exige não só o clarificar de alguns aspetos associados ao ESP, relacionados por exemplo com o facilitismo e qualidade geral do ensino. É essencial um maior envolvimento de professores, estudantes, diplomados e empregadores e uma maior abertura da realidade do ESP para a sociedade em geral para esclarecer equívocos e desenvolver o prestígio do ESP.

Nestas páginas é defendido que a valorização do ESP depende de ações articuladas ao nível de cinco domínios complementares: perfil dos estudantes, oferta formativa, percursos dos diplomados, desenvolvimento de competências transferíveis, e imagem do ESP. Da análise de cada um desses domínios resultou um conjunto de vinte e uma recomendações interdependentes, criando sinergias entre si, e que partem da visão de que a valorização do ESP necessita de um compromisso político e da sociedade com quer a coesão social e equidade, quer a empregabilidade e fomento da competitividade e desenvolvimento económico.

Nesse sentido, este trabalho e o conjunto de recomendações feitas incentivam a discussão ampla dos caminhos para o ESP, o envolvimento dos vários intervenientes e da sociedade em geral, e a definição de políticas que fomentem a valorização do ESP.



Uma das questões fundamentais que tem de ser devidamente debatida é o próprio conceito de sucesso do ESP. Todos estes domínios são essenciais para avaliar e definir o que pretendemos para o ESP. O sucesso é claramente medido pelo sucesso dos diplomados no mercado de trabalho, em especial na respetiva área de formação. Muitos dos intervenientes defendem que a entrada no ensino superior é também um inequívoco indicador de sucesso do ESP. Mas não à luz do seu duplo objetivo. A empregabilidade em área distinta da de formação poderá ser considerada um indicador de sucesso, apesar de muitos dos diplomados nessa situação terem uma visão distinta.

De forma clara, o sucesso mede-se com base em objetivos predefinidos e claramente comunicados. Dadas as dicotomias e as evidentes diferenças de perspetivas mesmo entre elementos de um determinado grupo (por exemplo, entre os estudantes), antevê-se o perdurar de subjetividade e de dilemas.

É necessário debate para desmistificar, encontrar consensos, delinear estratégias, e envolver os intervenientes num novo paradigma do ensino secundário profissional empoderador e reconhecido por estudantes, diplomados, empregadores, professores, e pela sociedade em geral.

Várias são as ações e estratégias possíveis para pôr em prática a lista de recomendações proposta por este relatório. As recomendações Ro1 a Ro4, relativas ao perfil dos estudantes, podem ser atingidas por um conjunto de medidas (resumidas na Tabela 7), desde logo aquelas que acentuem a articulação com o mercado de trabalho e fomentem a empregabilidade. Contudo, será necessário também fortalecer os sistemas de garantia de qualidade e, possivelmente, aumentar o nível de exigência dos currícula, que podem alavancar outras medidas que contribuam para aumentar o reconhecimento do ESP como programas de alumni e uma adequada estratégia de comunicação. A capacitação dos diplomados do ESP para a continuação dos estudos beneficiará de um maior alinhamento da oferta formativa do ESP e ensino superior e do reforço dos atuais mecanismos de acesso, incluindo o aumento do número de vagas para estudantes do ESP. Contudo, outras medidas poderão ser determinantes para a boa implementação desta recomendação, designadamente possibilitar que os estudantes frequentem disciplinas nucleares no ensino regular, se assim o pretenderem, e oferecer cursos de preparação para as provas de acesso complementares aos currícula do ESP. Outra ação a destacar é o aumento de financiamento do CTESP, que se possa traduzir em número de vagas e número de bolsas de estudo.

Contudo, a valorização do ESP depende, também, do reforço de mecanismos de garantia de qualidade, erradicando o “facilitismo” tantas vezes apontado ao ESP. Dois dos possíveis caminhos são a redefinição de disciplinas nucleares orientadas para o mercado de trabalho e distintas do ensino regular e a melhoria de equidade dos mecanismos de acesso ao ensino superior, evitando atrair um segmento de estudantes que apenas escolham o ESP atraídos pelas vagas resultantes destes mecanismos, e sem qualquer interesse pela entrada no mercado de trabalho.

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Perfil dos estudantes do ESP	
Ro1. Aumentar o número de estudantes do ESP sem dificuldades de desempenho escolar e especialmente motivados pela integração no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> · Aumento do nível de exigência dos currícula · Maior articulação com mercado de trabalho na definição dos cursos · Fortalecimento e monitorização da rede de parcerias (número, diversidade, dimensão, e oportunidades de experiência profissional) · Programas de mentoria, tutoria e alumni · Políticas de aumento da empregabilidade através de parcerias com o mercado de trabalho
Ro2. Aumentar o reconhecimento do valor do ESP dentro das escolas.	<ul style="list-style-type: none"> · Fortalecimento dos sistemas de garantia de qualidade · Monitorização e divulgação do sucesso do ESP · Aumento do financiamento (bolsas de estudo) · Campanhas de divulgação do ESP envolvendo alunos, professores e pais
Ro3. Capacitar os estudantes do ESP para a efetiva continuidade dos estudos para o ensino superior.	<ul style="list-style-type: none"> · Reforma dos currícula: disciplinas nucleares do ensino regular como opcionais para estudantes do ESP com horários compatíveis com o ESP · Fortalecer os mecanismos atuais de acesso ao ensino superior por estudantes do ESP, com aumento de vagas · Mecanismos de articulação entre ESP e Ensino Superior (e.g., alinhamento dos cursos) · Oferta de cursos de preparação para exames de admissão ao ensino superior dirigidos a estudantes do ESP · Investimento em CTESP (áreas articuladas com ESP, aumento do financiamento, aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas)
Ro4. Questionar a diferença no nível de exigência no ESP comparativamente à via científico-humanística.	<ul style="list-style-type: none"> · Reforma dos currícula: redefinição de novas disciplinas nucleares orientadas para a integração no mercado de trabalho, distintas do ensino regular · Aumento do nível de exigência dos currícula · Melhorar equidade dos mecanismos de acesso ao ensino superior · Fortalecimento dos sistemas de monitorização e avaliação

Tabela 7 Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas ao perfil dos estudantes do ESP

Tal como anteriormente frisado, as recomendações definidas neste relatório e as suas possíveis estratégias de implementação contém várias incompatibilidades, e exigem a clara definição de prioridades no ESP – designadamente se se pretende um ESP totalmente focado na empregabilidade ou se se pretende viabilizar esta natureza híbrida de percurso duplo dos diplomados: para o mercado de trabalho e para a continuação de estudos.

Relativamente ao desenho da oferta formativa, as três recomendações definidas (Ro5 a Ro7) centram-se numa maior articulação com o mercado de trabalho (Tabela 8). Assim, entre as medidas sugeridas destacam-se a participação ativa de empresas e de organismos representantes do mercado de trabalho no processo de ensino e aprendizagem e na definição dos cursos. Sugere-se ainda um maior alinhamento com políticas de desenvolvimento regional, e tornar a oferta formativa mais flexível, para que possa mais facilmente adaptar-se a mudanças na envolvente – designadamente ao nível de alterações de procura de mão-de-obra qualificada.

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Oferta formativa do ESP	
Ro5. Priorizar a empregabilidade e valorização profissional na definição da oferta formativa do ESP.	<ul style="list-style-type: none"> · Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na definição dos cursos · Flexibilização da oferta formativa · Fortalecimento de parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)
Ro6. Articular prioridades estratégicas com necessidades correntes.	<ul style="list-style-type: none"> · Maior alinhamento com estratégias de desenvolvimento regional e especialização tecnológica · Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)
Ro7. Melhorar a equidade entre ESP público e privado	<ul style="list-style-type: none"> · Mecanismos de articulação da oferta formativa ao nível regional · Regras de funcionamento equivalentes (e.g., calendário) · Melhoria dos mecanismos de monitorização (e.g., sistemas de garantia de qualidade) · Regras de financiamento iguais (Público / Privado)

Tabela 8 Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas à oferta formativa do ESP

Adicionalmente, a sustentabilidade do ESP beneficiará de uma maior equidade entre ensino público e privado, designadamente tornando equivalentes as suas regras de funcionamento e de financiamento, e desenvolvendo mecanismos de articulação regional da oferta formativa.

As recomendações Ro8 a R13 respeitam aos percursos após conclusão do ESP, e poderão ser implementadas através de um conjunto alargado de medidas, tal como pode ser verificado na Tabela 9.

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Percurso pós-secundário do ESP	
Ro8. Aumentar a flexibilidade e adaptabilidade da oferta formativa para reação rápida aos níveis de empregabilidade e desemprego locais	<ul style="list-style-type: none"> · Dinamismo de oferta formativa (ciclos de 3 anos); · Programa de microcredenciais · Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na definição dos cursos · Desenvolvimento de redes regionais participativas formais · Maior articulação com políticas de desenvolvimento regional · Melhoria dos sistemas de monitorização

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Percurso pós-secundário do ESP	
<p>R09. Facilitar a experiência profissional durante o ESP para os estudantes que tenham como prioridade a integração do mercado de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.) · Flexibilização de horários · Programa de microcredenciais · Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados · Programas de mentoria, tutoria e alumni · Reforço dos serviços de apoio à procura de emprego · Estratégias de comunicação e promoção do ESP (e.g., feiras de emprego e mostras às empresas)
<p>R10. Aumentar as iniciativas de preparação para procura de emprego e de aproximação dos finalistas do ESP ao mercado de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados · Programa de microcredenciais · Fortalecimento de gabinetes de apoio à procura de emprego · Programas de mentoria, tutoria e alumni · Estratégias de comunicação e promoção do ESP (e.g., feiras de emprego e mostras às empresas)
<p>R11. Requalificar estudantes e diplomados para áreas emergentes através de sistemas de microcredenciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Programa de microcredenciais para alunos e alumni · Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na definição da formação · Articulação com as políticas de desenvolvimento regional · Apoios para desenvolvimento e disponibilização de programas de microcredenciais
<p>R12. Desenvolver melhorias de equidade para diplomados residentes em regiões de baixa densidade populacional ou de condições socioeconómicas mais frágeis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolvimento de ESP em regime online · Flexibilização da oferta formativa (e.g., horários) · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.) · Maior articulação do ESP com as políticas de desenvolvimento regional
<p>R13. Identificar formas mais ágeis de acesso e integração no ensino superior através da conjugação do estudo com atividade profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados · Melhoria do estatuto de trabalhador-estudante · Investimento em ESP e CTESP (aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas) · Apoios especiais para estudantes deslocados (e.g., alojamento)

Tabela 9 Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas ao percurso pós-secundário do ESP

Sobre esse conjunto de sugestões é de destacar o benefício de uma participação dos diversos intervenientes do ESP, tais como empresas, estudantes e alumni. Será também benéfico o aumento da articulação com o ensino superior e com políticas de desenvolvimento regional. Saliente-se, ainda, mecanismos de reforço da empregabilidade de estudantes e diplomados, como sejam o desenvolvimento de novas competências (incluindo transversais) através de um sistema de microcredenciais, reforço de serviços de apoio à procura de emprego, ou a melhoria do estatuto de trabalhador-estudante que facilite a continuação dos estudos após a entrada no mercado de trabalho.

Já relativamente ao desenvolvimento de competências transferíveis (recomendações R14 a R17) e cujas possíveis ações são elencadas na Tabela 10, saliente-se a importância quer da revisão dos currícula por forma a favorecer uma mais ampla preparação dos estudantes do ESP, que pode ser favorecida por uma participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem. Sugere-se ainda o desenvolvimento de um programa de microcredenciais, complementar ao ESP, e que possa beneficiar quer estudantes quer diplomados, ajudando-os a uma melhor adaptação às mudanças do mercado de trabalho.

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Competências transferíveis desenvolvidas pelo ESP	
<p>R09. Facilitar a experiência profissional durante o ESP para os estudantes que tenham como prioridade a integração do mercado de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Revisão dos currícula · Programa de microcredenciais · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.) · Articulação com políticas de desenvolvimento regional para antecipação de necessidades futuras
<p>R15. Melhorar os mecanismos de avaliação das competências transferíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)
<p>R16. Definir metas para competências transferíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders) · Desenvolvimento dos sistemas de monitorização e avaliação
<p>R17. Capacitar os professores e adaptar metodologias de ensino para desenvolvimento de competências transferíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Revisão dos currícula · Formação dos Professores

Tabela 10 Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas a competências transferíveis

Finalmente, e como evidenciado na Tabela II, a necessária melhoria de imagem do ESP não pode ser feita apenas por via do fortalecimento de relações e parcerias com os seus vários intervenientes e de campanhas de comunicação e divulgação. Tal tem de ser complementado com a definição estratégica do ESP e a ordenação das suas prioridades, nomeadamente clarificando quais os perfis de estudantes que queremos no ESP.

Lista de recomendações	Estratégias e ações sugeridas
Imagem do ESP	
R18. Clarificar o perfil dos estudantes do ESP.	<ul style="list-style-type: none"> · Definição estratégica e ordenação das prioridades do ESP (nacional) · Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)
R19. Comunicar e ampliar a diversidade de profissões alvo do ESP.	<ul style="list-style-type: none"> · Articular a oferta formativa a nível regional (entre escolas e com o mercado de trabalho) · Fortalecimento de parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados
R20. Identificar e divulgar símbolos e histórias do ESP.	<ul style="list-style-type: none"> · Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)
R21. Facilitar a interação entre diplomados, estudantes, empregadores, e o público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> · Programas de mentoria, tutoria e alumni · Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders) · Campanhas de divulgação do ESP envolvendo alunos, professores e pais

Tabela II Estratégias e ações sugeridas para as recomendações relativas à melhoria da imagem do ESP

Em resumo, e como explicitado no Anexo II, a área de intervenção destas sugestões inclui a revisão dos currícula, o reforço dos sistemas de monitorização e de garantia da qualidade, a articulação da oferta formativa, a formação complementar designadamente através de programas de microcredenciais, o fortalecimento de parcerias, designadamente com o mercado de trabalho e com os alumni, uma melhor articulação com as políticas de desenvolvimento regional, programas de apoio à empregabilidade, estratégia de comunicação, e o reforço do financiamento do ensino profissional (ESP e CTESP).

Importa, pois, unir esforços e vontades para a valorização do ensino secundário profissional.

REFERÊNCIAS

- Abrassart, A., & Wolter, S. C. (2020). Investigating the image deficit of vocational education and training: Occupational prestige ranking depending on the educational requirements and the skill content of occupations. *Journal of European Social Policy*, 30(2), 225-240, Article 0958928719855298. <https://doi.org/10.1177/0958928719855298>
- Aryani, F., Wirawan, H., Saman, A., Samad, S., & Jufri, M. (2021). From high school to workplace: investigating the effects of soft skills on career engagement through the role of psychological capital in different age groups. *Education and Training*, 63(9), 1326-1345. <https://doi.org/10.1108/et-03-2021-0087>
- Baqadir, A., Patrick, F., & Burns, G. (2011). Addressing the skills gap in Saudi Arabia: does vocational education address the needs of private sector employers? *Journal of Vocational Education & Training*, 63(4), 551-561. <https://doi.org/10.1080/13636820.2011.589533>
- Barbosa, B., Benedicto, B., Costa, F., Filipe, S., Santos, C. A., Melo, A., Dias, G. P., & Rodrigues, C. (Forthcoming). *Ensino Secundário Profissional em Portugal: Perceções e Percursos dos Diplomados*. EDULOG.
- Barbosa, B., Benedicto, B., Melo, A. I., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Dias, G. P., & Filipe, S. (2022). *Percursos dos Estudantes após Formação no Ensino Secundário Profissional em Portugal*.
- Barbosa, B., Melo, A., Dias, G. P., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Filipe, S., Nicolau, M., & Benedicto, B. (Forthcoming). *Ensino Secundário Profissional: As Perspetivas de Estudantes, Professores e Empregadores*. EDULOG.
- Barbosa, B., Melo, A., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Dias, G. P., Filipe, S., Traqueia, A., & Nogueira, S. (2019). *Caracterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal*. EDULOG - Fundação Belmiro de Azevedo. <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/5ee/94a/b74/5ee94ab7440cb365019630.pdf>
- Barbosa, B., Melo, A. I., Dias, G. P., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., & Filipe, S. (2020). *Oferta de Ensino Profissional Secundário em Portugal: Triénio 2018/2021*. EDULOG. <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/5fo/c8a/053/5foc8a053e5fd417314928.pdf>
- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). Greenwood.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (2018). *La reproduction: Eléments pour une Théorie du Système d'Enseignement*. Minuit.
- Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP). (2014). *Terminology of European Education and Training Policy: A Selection of 130 Key Terms* (2nd, Ed.). Publications office of the European union. https://www.cedefop.europa.eu/files/4117_en.pdf
- Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP). (2017). *Cedefop European Public Opinion Survey on Vocational Education and Training*. Publications Office of the European Union. https://www.cedefop.europa.eu/files/5562_en.pdf
- Chesters, J. (2015). *Pathways through secondary school in a comprehensive system: does parental education and school attended affect students' choice?* *International Journal of Training Research*, 13(3), 231-245. <https://doi.org/10.1080/14480220.2015.1102467>

- Choi, S. (2020). Impact of Family Background and Individual Characteristics on Vocational High School Choice in South Korea: A Gender Analysis. *Journal of Technical Education and Training*, 12(4), 16-26. <Go to ISI>://WOS:000600599600003
- Comissão Europeia. (2022). *Portal ESCO*. <https://esco.ec.europa.eu/pt>
- Conselho Nacional de Educação. (2022). Recomendação “*Perspetivar o futuro do Ensino Profissional*”. In *Diário da República*, 2.ª série, N.º 6, 10 de janeiro de 2022 (pp. 37-53). https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_1_2022.pdf
- Dalley-Trim, L., Alloway, N., & Walker, K. (2008). Secondary School Students' Perceptions of, and the Factors Influencing Their Decision-Making in Relation to, VET in Schools. *Australian Educational Researcher*, 35(2), 55-69. <https://doi.org/10.1007/bf03216883>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). (2020). *Estudantes à saída do Secundário em 2018/2019*. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/47/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=256&fileName=DGEEC_Estudantes_a_saida_do_secundario_2.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/47/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=256&fileName=DGEEC_Estudantes_a_saida_do_secundario_2.pdf)
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). (2020). *Acesso ao ensino superior para diplomados de vias profissionalizantes*. <https://www.dges.gov.pt/pt/faq/acesso-para-titulares-de-cursos-profissionais>
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DEGESTE). (2019). *Cursos Profissionais - Nível 2 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações - Ciclo de Formação 2018/2021 OFERTA FORMATIVA - 1.º Ano Atualização 2019.02.06*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2019/02/RedeCP_2018-19_Nivel2-4_fev2019.pdf
- European Commission. (2016). *A New Skills Agenda for Europe: Working Together to Strengthen Human Capital, Employability and Competitiveness*. European Commission. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52016DC0381>
- European Commission. (2020). *European Skills Agenda for Sustainable Competitiveness, Social Fairness and Resilience*. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223&langId=en>
- European Commission. (2022a). *Commission kick-starts work on the European Year of Skills*. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=89&furtherNews=yes&newsId=10431&langId=en>
- European Commission. (2022b). *Skill Reusability Level*. <https://esco.ec.europa.eu/pt/node/231>
- Forrester, M. (2012). *Psychology of the Image*. Routledge.
- Garcia-Gomez, S., Ordonez-Sierra, R., & Chaparro, R. I. (2018). EXPLORING VOCATIONAL EDUCATION AND TRAINING STUDENTS' FAMILIES, A CHALLENGE FOR EDUCATIONAL RESEARCH. *Contextos Educativos-Revista De Educacion*(22), 149-163. <https://doi.org/10.18172/con.3113>
- Gekara, V., & Snell, D. (2018). Designing and delivering skills transferability and employment mobility: The challenges of a market-driven vocational education and training system. *Journal of Vocational Education and Training*, 70(1), 107-129. <https://doi.org/10.1080/13636820.2017.1392996>
- Kis, V., & Windisch, H. C. (2018). Making skills transparent: Recognising vocational skills acquired through workbased learning. *OECD Education Working Papers 180*, 1-76. <https://doi.org/10.1787/5830c400-en>

- Marinelli, E., & Elena-Perez, S. (2017). Catalan universities and the entrepreneurial discovery process: Challenges and opportunities emerging from the RIS3CAT communities. *Industry and Higher Education*, 31(6), 360-372. <https://doi.org/10.1177/0950422217737150>
- Melo, A. I., Barbosa, B., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Dias, G. P., Filipe, S., Benedicto, B., & Souto, I. (2021). *Estratégia de Especialização Inteligente e o Ensino e Formação Profissional em Portugal*. Edulog.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2001). *The Well-Being of Nations: The Role of Human and Social Capital*. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264189515-en>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2019). *OECD Skills Strategy 2019*. <https://doi.org/10.1787/9789264313835-en>
- Pantea, M. C. (2020). Parents as gatekeepers? An indirect account on the image of vocational education in historical context. *Journal of Family History*, 45(4), 411-428, Article 0363199019895995. <https://doi.org/10.1177/0363199019895995>
- Poiesz, T. B. (1989). The image concept: Its place in consumer psychology. *Journal of Economic Psychology*, 10(4), 457-472. [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(89\)90038-X](https://doi.org/10.1016/0167-4870(89)90038-X)
- Schmid, E., & Garrels, V. (2021). Parental involvement and educational success among vulnerable students in vocational education and training. *Educational Research*, 63(4), 456-473. <https://doi.org/10.1080/00131881.2021.1988672>
- Schnabel, K. U., Alfeld, C., Eccles, J. S., Köller, O., & Baumert, J. (2002). Parental influence on students' educational choices in the United States and Germany: Different ramifications—Same effect? *Journal of vocational behavior*, 60(2), 178-198. <https://doi.org/10.1006/jvbe.2001.1863>
- Tan, C. Y. (2017). Conceptual diversity, moderators, and theoretical issues in quantitative studies of cultural capital theory. *Educational Review*, 69(5), 600-619. <https://doi.org/10.1080/00131911.2017.1288085>
- Taylor, A. (2005). What employers look for: The skills debate and the fit with youth perceptions. *Journal of Education and Work*, 18(2), 201-218. <https://doi.org/10.1080/13639080500085984>
- Tolonen, T., & Aapola-Kari, S. (2022). Head-first into upper secondary education: Finnish young people making classed and gendered educational choices. *Young*, 30(4), 344-360, Article 11033088221086078. <https://doi.org/10.1177/11033088221086078>
- Wallenborn, M. (2010). Vocational education and training and human capital development: current practice and future options. *European Journal of Education*, 45(2), 181-198.
- Wicht, A., Muller, N., Haasler, S., & Nonnenmacher, A. (2019). The Interplay between Education, Skills, and Job Quality. *Social Inclusion*, 7(3), 254-269. <https://doi.org/10.17645/si.v7i3.2052>
- Winch, C. (2013). Three different conceptions of know-how and their relevance to professional and vocational education. *Journal of Philosophy of Education*, 47(2), 281-298. <https://doi.org/10.1111/1467-9752.12025>
- Yoon, E.-S. (2020). School choice research and politics with Pierre Bourdieu: New possibilities. *Educational Policy*, 34(1), 193-210. <https://doi.org/10.1177/0895904819881153>

ANEXO I

Principais estudos produzidos ao longo do projeto +PRO

Caracterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal

Análise de dados secundários.
Sistematização de informação estatística dispersa (e.g., DGEEC, DGES, DGERT, ANQEP, CEDEFOP, OCDE).

A análise compreende os seguintes temas: ensino e formação profissional, definição da Oferta Formativa no Ensino Secundário, Pós-Secundário e Superior, Caracterização dos Estudantes do Ensino e Formação Profissional, Caracterização da Oferta Formativa.

Disponível em:
<https://www.edulog.pt/publicacao/31>

Oferta de Ensino Profissional Secundário em Portugal: Triénio 2018/2021

Análise de dados secundários.
Dados disponibilizados pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) relativos aos 2132 cursos de ESP disponibilizados em Portugal Continental no triénio 2018/2021.

A análise compreende a caracterização da oferta formativa ESP.

Disponível em:
<https://www.edulog.pt/publicacao/32>

Estratégia de Especialização Inteligente e o Ensino e Formação Profissional em Portugal

Análise de dados secundários.

Codificação e análise de dados disponibilizados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) relativos a 2330 cursos secundários profissionais a nível nacional, disponibilizados para o ciclo de formação 2018/2021.

A análise compreende os seguintes temas: estratégia de especialização inteligente, ESP, CTeSP.

Percursos dos Estudantes após Formação no Ensino Secundário Profissional em Portugal

Análise de dados secundários.

Dados disponibilizados pelo Observatório dos Trajetos dos Estudantes (OTES) do Ensino Secundário, coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), relativos aos três inquéritos aplicados pela DGEEC aos estudantes à entrada dos cursos profissionais, à saída, e catorze meses após a conclusão do 12.º ano. A amostra é composta por 16 516 indivíduos que responderam cumulativamente aos três inquéritos entre os anos de 2010 a 2019.

A análise compreende os seguintes temas: caracterização dos percursos dos diplomados do ESP, trajetória escolar por NUTS, percursos Estuda (de forma exclusiva), Trabalha (de forma exclusiva), Não prosseguiu estudos nem foi trabalhar, análise dos percursos.

Disponível em:

<https://www.edulog.pt/publicacao/46>

Ensino Secundário Profissional: As Perspetivas de Estudantes, Professores e Empregadores

Entrevistas em profundidade a 93 intervenientes do ensino secundário profissional enquadrados em 6 grupos amostrais: atuais estudantes do ESP (n=14), diplomados do ESP atuais estudantes do ensino superior (n=19), diplomados do ESP atualmente inseridos no mercado de trabalho (n=13), docentes do ESP (n=18), docentes do ensino superior profissional (n=20), empregadores e representantes de entidades de acolhimento de formação em contexto de trabalho do ESP (n=9).

A análise compreende os seguintes temas: perfil do estudante, razões de escolha do ESP, trajeto escolar ESP, perspetivas futuras, dicotomia ensino profissional/ensino regular, mercado de trabalho, meios de valorização do ESP, impacto social, perceção do ESP, recomendações de melhoria do ESP, desafios futuros do ESP.

Ensino Secundário Profissional em Portugal: Perceções e Percursos dos Diplomados

Inquérito por questionário a amostra estratificada de 500 diplomados do ESP entre 1991 e 2021.

A análise compreende: caracterização dos percursos dos diplomados do ESP, perceções acerca do ESP, imagem associada ao ESP, competências desenvolvidas ao longo do ESP, determinantes dos percursos após formação n ESP.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
---	-----------------------	---------------------------------	---	-----------------------------	--	--------------------------------------	---	---------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Perfil dos estudantes do ESP

Ro3. Capacitar os estudantes do ESP para a efetiva continuidade dos estudos para o ensino superior.	Reforma dos currícula: disciplinas nucleares do ensino regular como opcionais para estudantes do ESP com horários compatíveis com o ESP	Fortalecer os mecanismos atuais, com aumento de vagas Mecanismos de articulação entre ESP e Ensino Superior (e.g., alinhamento dos cursos)	Oferta de cursos de preparação para exames de admissão ao ensino superior dirigidos a estudantes do ESP						Investimento em CTESP (áreas articuladas com ESP, aumento do financiamento, aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas)	
Ro4. Questionar a diferença no nível de exigência no ESP comparativamente à via científico-humanística.	Reforma dos currícula: redefinição de novas disciplinas nucleares orientadas para a integração no mercado de trabalho, distintas do ensino regular Aumento do nível de exigência dos currícula	Melhorar equidade dos mecanismos de acesso ao ensino superior								Fortalecimento dos sistemas de monitorização e avaliação

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currículos	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Oferta formativa do ESP										
R05. Priorizar a empregabilidade e valorização profissional na definição da oferta formativa do ESP.		Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na definição dos cursos; Flexibilização da oferta formativa		Fortalecimento de parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados; Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.);			Maior alinhamento com estratégias de desenvolvimento regional e especialização tecnológica; Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)			
R06. Articular prioridades estratégicas com necessidades correntes.										
R07. Melhorar a equidade entre ESP público e privado.		Mecanismos de articulação da oferta formativa ao nível regional; Regras de funcionamento equivalentes (e.g., calendário)						Melhoria dos mecanismos de monitorização (e.g., sistemas de garantia de qualidade)	Regras de financiamento iguais (Público / Privado)	

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Percurso pós-secundário do ESP										
Ro8. Aumentar a flexibilidade e adaptabilidade da oferta formativa para reação rápida aos níveis de empregabilidade e desemprego locais.		Dinamismo de oferta formativa (ciclos de 3 anos);		Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na de finição dos cursos; Desenvolvimento de redes regionais participativas formais			Maior articulação com políticas de desenvolvimento regional	Melhoria dos sistemas de monitorização		
Ro9. Facilitar a experiência profissional durante o ESP para os estudantes que tenham como prioridade a integração do mercado de trabalho.	Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)	Flexibilização de horários		Parcerias com empresas para integração dos profissionais e estudantes e diplomados	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Reforço dos serviços de apoio à procura de emprego			Fortalecimento de políticas de financiamento de estudantes e diplomados do ESP	

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Percurso pós-secundário do ESP										
Rto. Aumentar as iniciativas de preparação para procura de emprego e de aproximação dos finalistas do ESP ao mercado de trabalho.			Programa de microcredenciais	Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Reforço dos serviços de apoio à procura de emprego				Estratégias de comunicação e promoção do ESP (e.g., feiras de emprego e mostras às empresas)
Rri. Requalificar estudantes e diplomados para áreas emergentes através de sistemas de microcredenciais.			Programa de microcredenciais para alunos e alumni	Mecanismos para maior articulação com mercado de trabalho na definição da formação			Articulação com as políticas de desenvolvimento regional		Apoios para desenvolvimento e disponibilização de programas de microcredenciais	

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES		Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional		Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Percurso pós-secundário do ESP											
<p>R1. Desenvolver melhorias de equidade para diplomados residentes em regiões de baixa densidade ou de condições socioeconómicas mais frágeis.</p>	<p>Desenvolvimento de ESP em regime online; Flexibilização da oferta formativa (e.g. horários)</p>	<p>Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)</p>	<p>Programas de mentoria, tutoria, e alumni</p>	<p>Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados</p>	<p>Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados</p>	<p>Investimento em ESP e CTESP (aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas); Apoios especiais para estudantes deslocados (e.g. alojamento)</p>					
<p>R3. Identificar formas mais ágeis de acesso e integração no ensino superior através da conjugação do estudo com atividade profissional.</p>	<p>Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados</p>	<p>Melhoria do estatuto de trabalhador-estudante</p>	<p>Investimento em ESP e CTESP (aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas); Apoios especiais para estudantes deslocados (e.g. alojamento)</p>	<p>Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados</p>	<p>Parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados</p>	<p>Investimento em ESP e CTESP (aumento do número de vagas, aumento do número de bolsas); Apoios especiais para estudantes deslocados (e.g. alojamento)</p>					

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Competências transferíveis desenvolvidas pelo ESP										
R14. Desenvolver as competências transferíveis adequadas aos desafios atuais e futuros.	Revisão dos currícula		Programa de microcredenciais				Articulação com políticas de desenvolvimento regional para antecipação de necessidades futuras			
R15. Melhorar os mecanismos de avaliação das competências transferíveis.				Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc.)			Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)	Desenvolvimento dos sistemas de monitorização e avaliação		
R16. Definir metas para competências transferíveis.										
R17. Capacitar os professores e adaptar metodologias de ensino para desenvolvimento de competências transferíveis.			Formação dos Professores							

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / LISTA DE RECOMENDAÇÕES	Revisão dos Currícula	Articulação da oferta formativa	Programa de micro credenciais e Formação complementar	Fortalecimento de parcerias	Programas de mentoria, tutoria, e alumni	Programas de apoio à empregabilidade	Articulação com políticas de desenvolvimento regional	Sistemas de monitorização e avaliação	Financiamento do Ensino Profissional	Estratégia de comunicação
Imagem do ESP										

R18. Clarificar o perfil dos estudantes do ESP. Definição estratégica e ordenação das prioridades do ESP (nacional) Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)

R19. Comunicar e ampliar a diversidade de profissões alvo do ESP.

Fortalecimento de parcerias com empresas para integração profissional dos estudantes e diplomados;

Participação ativa das empresas no processo de ensino e aprendizagem (project based learning, aulas aplicadas, utilização de recursos físicos das empresas, etc);

Programas de mentoria, tutoria, e alumni

Articular a oferta formativa a nível regional (entre escolas e com o mercado de trabalho)

Desenvolvimento de redes regionais participativas formais (Conselhos Consultivos com representação de todos os stakeholders)

Campanhas de divulgação do ESP envolvendo alunos, professores e pais.

R21. Facilitar a interação entre diplomados, estudantes, empregadores, e o público em geral.